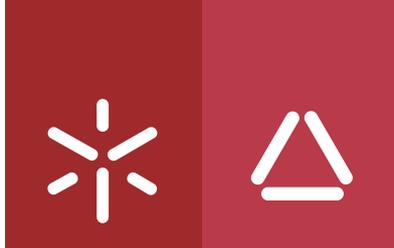


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Silvia Maria Fernandes da Silva

**(Re) Pensar a Internacionalização na
Investigação e no Ensino Superior**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Sílvia Maria Fernandes da Silva

**(Re) Pensar a Internacionalização na
Investigação e no Ensino Superior**

Dissertação de Mestrado em Sociologia
Área de Especialidade de Organizações e Trabalho

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Emília Rodrigues Araújo
e da
Professora Doutora Irene Kazumi Miura

Outubro de 2011

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Manifesto o meu agradecimento à Professora Emília Araújo pela orientação, bem como pela confiança e entusiasmo transmitidos, quer no quadro da condução da tese, quer pelos conhecimentos partilhados ao longo de cinco anos da minha formação académica. Estou igualmente agradecida à Professora Irene Miura que, embora fisicamente distante, acompanhou esta pesquisa de perto. Ciente do constrangimento temporal a que os seguintes intervenientes estão sujeitos, deixo uma palavra de enorme apreço a todos os participantes nesta investigação, desde Reitores, Vice-reitores, Pró-reitores a Coordenadores Científicos de todo o país, que se disponibilizaram em participar no estudo, tornando-o possível. Relembrados frequentemente em pontos particulares da tese, quero igualmente agradecer a todos os docentes que passaram pela minha formação cujos contributos, embora inconscientes, se afiguraram centrais.

Resumo

A presente investigação centra-se na análise da internacionalização. Tem como principal objectivo clarificar o significado deste termo, no quadro de algumas das abordagens da sociologia do conhecimento. Pretende-se reflectir sobre os efeitos da internacionalização no domínio dos processos de trabalho organizacional, assim como no domínio das expectativas e das subjectividades dos actores directamente neles implicados. Apoiando-se numa metodologia essencialmente qualitativa, este projecto tem como objectivo identificar as várias vertentes da percepção e representação da internacionalização. Os resultados exploratórios, provenientes de um inquérito constituído de perguntas abertas e realizado a reitores, vice-reitores, pró-reitores e coordenadores científicos, permitem concluir que há uma notória ambiguidade na representação e no significado da internacionalização que se regista, tanto ao nível da gestão das universidades, como da gestão de departamentos e de unidades de investigação.

Palavras-chave: globalização, universidades, políticas de ciência e tecnologia, internacionalização do ensino e da investigação

Abstract

This project aims at presenting a theoretical perspective on the concept of internationalization. The main goal will be to elucidate about the ways organizational actors interpret internationalization and what mean do they attribute to it, considering that nowadays universities and research centers are under great pressure to show indicators that demonstrate the increasing relevance acquired by this process in the context of knowledge globalization. The project follows mainly a qualitative methodological path which counts with surveys to rectors, vice-rectors and pro-rectors of Portuguese universities, as well as to head of research units. The general conclusions point out the extreme ambiguity characterizing the concept of internationalization, as well as the diversity of understandings presented by each involved actor, depending on scientific area. As stated, this research is yet exploratory.

Keywords: globalization, universities, science and technology policies, internationalization of education and research

Índice

Introdução.....	1
1. Internacionalização na investigação e no Ensino Superior.....	5
1.1. Definições, interpretações e sentidos.....	16
2. Metodologia.....	29
3. Políticas e indicadores de internacionalização.....	35
4. A internacionalização: representações e práticas.....	45
4.1. Representações sobre a internacionalização.....	45
4.1.1. Definição da internacionalização.....	46
4.1.2. Importância atribuída à internacionalização.....	50
4.1.3. Promoção da internacionalização.....	55
4.2. Práticas: internacionalização, acesso a recursos e mobilidade.....	59
4.2.1. Internacionalização e a “natureza” do conhecimento.....	65
4.2.2. A internacionalização e a mobilidade de investigadores.....	71
Conclusão.....	79
Bibliografia.....	83
Anexos.....	91
Anexo 1: Guião de entrevista Mobiscience.....	93
Anexo 2: Inquérito por questionário.....	95

Índice de Quadros

Quadro 1 - Diferentes abordagens à internacionalização.....	21
Quadro 2 - Total de unidades por área científica.....	30
Quadro 3 - Caracterização dos inquiridos.....	32
Quadro 4 - Caracterização dos centros de investigação.....	33
Quadro 5 - Importância atribuída à internacionalização.....	51
Quadro 6 - Internacionalização como critério de avaliação.....	66

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Taxa de Crescimento do número de publicações referenciadas internacionalmente por milhão de habitantes, entre o ano de 2004 e 2008	38
Gráfico 2 - Número de Publicações por país da União Europeia e milhão de habitantes, 2004-2008	39
Gráfico 3 - Taxa de crescimento das publicações científicas Portuguesas por área científica, 2004-2008.....	40
Gráfico 4 - Impacto da produção científica nacional referenciada internacionalmente por área científica em relação ao impacto médio mundial por área científica, entre 1998-2002 e 2003-2007	41
Gráfico 5 - Crescimento anual do número de investigadores (ETI) e do número de publicações, 2004-2007.....	42
Gráfico 6 - Produção Científica - Os 10 países que mais colaboram com Portugal no período de 1990 a 2009 e no ano de 2009	44

Introdução

“Nos nossos dias, a investigação científica ou é global ou deixa de ser científica”
(Castells, 1999: 153).

A internacionalização é uma palavra usada recorrentemente nas actuais discussões sobre o futuro das universidades e o lugar destas na sociedade de conhecimento. Têm sido sugeridos vários indicadores na pretensão de medir o desempenho das organizações universitárias e dos investigadores. A internacionalização constitui uma das dimensões sob análise.

Neste projecto, procurámos clarificar o significado da internacionalização, mostrando os seus efeitos no domínio dos processos de trabalho organizacional, assim como no domínio das expectativas e das subjectividades dos actores directamente nela implicados.

A temática da internacionalização é actualmente tida como central e decisiva não só para o incremento das carreiras, como também para o desenvolvimento científico-tecnológico dos países. No vasto leque de literatura produzida acerca da universalidade da ciência e importância da circulação do conhecimento, destaca-se a fragilidade do questionamento mais alargado deste processo, nomeadamente no que se refere ao seu carácter *performativo*.

Uma das questões mais prementes para a problematização da internacionalização diz respeito ao contributo que esta pode representar para os indivíduos, bem como para os países e instituições, atendendo aos elementos pessoais, institucionais e políticos e no quadro das mudanças que enfrentam as sociedades modernas e globalizadas. Estamos perante a análise conjunta de quatro formas da internacionalização: dos indivíduos/carreira, dos centros de investigação, das universidades e, numa escala mais alargada, dos próprios países. O projecto que apresentamos atende às dinâmicas que configuram as trajectórias individuais e progressão na carreira, assim como às trajectórias das organizações e aos próprios sistemas nacionais e internacionais de ciência e tecnologia.

O processo de abertura e de contacto entre os países tem imposto mudanças nos padrões de cooperação internacional, no que diz respeito aos campos académico, científico e tecnológico (Callan, 2000; Hartmann, 2010). Mas, para entendermos a internacionalização em contexto universitário, é imperativo perceber que ela não define um contexto de acção e de política que possamos assumir integralmente como novo. Antes de mais, a internacionalização integra-se no complexo processo de globalização que, juntamente com a penetração dos princípios neo-liberais, tem conduzido as universidades para uma crescente tendência empreendedora e mercantilizada (Santos, 2008: 55), a qual se encontra ligada à ideia de que o investimento em ciência e tecnologia reflecte a emergência de uma sociedade do conhecimento, baseada na dependência de pessoal altamente qualificado, base do desenvolvimento económico e social (Altbach e Knight, 2007: 290). Tal como afirmam Altbach e Knight (2007) podemos argumentar que a postura global exigida às instituições é fruto das redes de interdependências que caracterizam a globalização. As universidades, cuja evolução histórica se alicerça na independência face à política e as pressões económicas, vêm-se agora equiparadas a uma empresa que gerem e procuram recursos materiais e simbólicos, capazes de sustentá-las no tempo.

Desta forma, a internacionalização, entendida como a acção de mostrar fora aquilo que é concebido internamente ou que se produz dentro de um sistema - o que não implica necessariamente envolvimento com o exterior - responde às exigências propostas por essa postura global.

Os conceitos de internacionalização e de globalização são frequentemente utilizados como sinónimos. No entanto, estão-lhe subjacentes diferenças relevantes. A globalização diz respeito a um contexto da evolução económica e académica que faz parte da realidade do século XXI. Por sua vez, a internacionalização inclui as políticas e práticas desenvolvidas pelos sistemas académicos e instituições e indivíduos, para lidar com um ambiente académico global (Altbach e Knight, 2007: 290). Assim, a internacionalização surge como uma resposta à globalização, integrando elementos locais e internacionais.

A internacionalização das universidades inclui o conteúdo das relações entre as universidades (Miura, 2006; Morosini, 2006) e contribui para a mobilidade dos seus recursos humanos no âmbito da ciência e tecnologia. Dentro da lógica neoliberal que impõe, é considerada como um mecanismo indispensável para o desenvolvimento das universidades, centros de investigação e, assim, também dos países, pois promove a circulação de

conhecimento e a cooperação. Uma das dimensões importantes passa pelas políticas que se criam para a dinamização deste processo, sendo este um factor considerável na própria “avaliação” das universidades.

Tal como dissemos no primeiro parágrafo, procurámos neste projecto aclarar a complexidade e a diversidade de definições de internacionalização no seio organizacional. Para tal, assumimos que se trata de um fenómeno desencadeado à luz de processos globais fortemente desiguais entre países, mas com enormes efeitos sobre os processos de trabalho das universidades, em especial no domínio da planificação e da previsão. Adicionalmente, consideramos os impactos relevantes sobre as identidades profissionais dos investigadores e responsáveis pelas políticas de educação e investigação ao nível organizacional, local e governamental. Entendemos ainda que a internacionalização, impondo modelos de regulação e de valorização da investigação e do conhecimento globais, normalmente definidos pelos países centrais, acarreta também transformações identitárias, em termos de áreas científicas e subculturas disciplinares. Como avaliam os responsáveis pelas áreas de formação e investigação esta realidade, sobretudo quando posicionados em universidades recorrentemente classificadas como periféricas? Que medidas caracterizam as políticas organizacionais actualmente? Que vantagens e desvantagens são percebidas? Estas são algumas das questões que integram este projecto de investigação.

Este trabalho orienta-se por uma estratégia metodológica de carácter exploratório, tendo em conta as condições de elaboração teórica e metodológicas existentes. Considerando as técnicas de recolha de dados já utilizadas noutros estudos (Miura, 2006; Siegler, 2009), optamos por usar nesta investigação, o inquérito por questionário e entrevistas dirigidos aos principais actores institucionais, de modo a aprofundar as componentes das representações acerca da internacionalização. Portanto, a investigação que reflectimos baseia-se paralelamente na pesquisa documental, assim como em entrevistas e inquéritos por questionário realizados a directores de centro de investigação e responsáveis reitorias.

O texto organiza-se em cinco partes. Na primeira parte é realizada a abordagem teórica ao tema, e percorrendo a literatura nacional e internacional existente sobre a temática em estudo, procurou-se apresentar uma breve análise da conjuntura sócio-histórica em que a internacionalização no ensino superior e na investigação surge, como fenómeno e processo social. Na segunda parte, descrevemos a metodologia utilizada na investigação atendendo ao carácter macro e micro que este processo assume. Na terceira parte expomos uma reflexão ao

actual estado de desenvolvimento científico e tecnológico de Portugal, através de indicadores que medem esse desenvolvimento, essencialmente em relação com o nível de “internacionalidade”, considerando a actual dinâmica conjuntural. Na quarta parte debruçamo-nos sobre os resultados da análise de entrevistas a directores de centro de investigação em três áreas do conhecimento e inquéritos por questionários a cargos reitorais e directores de centro de investigação. Por último, em forma de conclusão, reflectimos sobre os resultados obtidos.

1. Internacionalização na investigação e no Ensino Superior

Ocupa-nos neste projecto a percepção e a representação da internacionalização. Procuramos saber por que motivos a internacionalização é uma dimensão de avaliação do desempenho institucional e individual e como experienciam os actores organizacionais a pressão para a internacionalização da investigação.

O argumento em favor da internacionalização deriva da ideia segundo a qual há necessidade de as instituições do ensino superior acompanharem as exigências das sociedades actuais, quando o conhecimento é assumido como central e global (Aker, 2007; Altbach, 2002). Além disso, deriva da própria reconfiguração dos mercados de trabalho que se tornam cada vez mais globais (Miura, 2006, Siegler, 2009). Como dissemos, é cada vez mais visível o incentivo à internacionalização da investigação e do ensino superior, sendo-lhe dada uma conotação fortemente positiva, pois é entendida como um instrumento de avanço dos sistemas científicos nacionais. No fundo, o grau de internacionalização da investigação é recorrentemente entendido como indicador de qualidade (Hakala, 1998), sendo que, em Portugal, a internacionalização tende a estar muito voltada para a pertença a redes em que participam universidades de prestígio, nomeadamente norte-americanas (Musselin, 2004; Mogueu, 2005; Araújo e Silva, 2010).

Para a análise das principais incidências deste fenómeno, é relevante atender às políticas implementadas. Assim, é possível perceber as motivações, não apenas de um ponto de vista macro, isto é, como uma organização lida com a produção e disseminação de conhecimento transfronteiras, mas também de um ponto de vista micro, pois a internacionalização depende de múltiplas tomadas de decisão individual.

A dimensão internacional do ensino e da investigação sempre foi algo presente ao longo da história (Miura, 2006: 15; Morosini, 2006; Stallivieri, 2007), embora apenas recentemente se tenha dado atenção a este fenómeno. É possível perceber que a ideia de universidade com integração internacional, ou modelo mundial de universidade, não é nova (Knight, 1999; 2003; 2006; Knight e De Wit, 1995). O carácter internacional das universidades caracteriza o modo de estar em ciência desde a Idade Média, com a criação das primeiras escolas europeias, denominadas *universitas* que contavam com professores e estudantes de diferentes regiões e países, constituindo-se, então, por comunidades internacionais, que se reuniam em busca de

conhecimento (Miura, 2006; Siegler, 2009). A internacionalização do ensino superior é, então, um processo que nos remete às fundações das antigas Universidades de Paris e Bolonha no século XIII (Miura, 2006: 15). Mas, é sobretudo a partir do século XX, particularmente na década de 60, nos EUA, e num contexto de afirmação política e económica que acompanhou a Guerra Fria (Albino, 2008: 9), que se desenvolvem programas internacionais, com o objectivo de se estabelecerem projectos de cooperação em investigação, cujo fim seria fortalecer as relações entre instituições.

Mas, há, de facto, elementos novos a considerar que se prendem com o alargamento da globalização e seus efeitos sobre os modos de produção e circulação do conhecimento e que trazem consequências para o sistema académico internacional, dada a pressão para a adaptação às novas circunstâncias. O certo é que a internacionalização parece ser alvo de um entendimento muito homogéneo. Ela é entendida com uma conotação fortemente positiva, verificada não só pela reivindicação crescente por parte das universidades e dos governos de um reforço da cooperação entre instituições a nível mundial, mas também pela defesa de maiores exigências na investigação, na promoção de redes internacionais e no apoio à mobilidade de estudantes e docentes.

As organizações directamente relacionadas com a produção e a disseminação de conhecimento (Gibbons *et al.*, 1994), como a Universidade, as consequências são significativas, em particular nos países pequenos e periféricos, dado existir, por parte dos países do Norte, um grande controlo no processo (Altbach e Knight, 2007: 292) de afirmação no espaço internacionalizado.

Para atendermos à abrangência sociológica da presente temática, importa compreender a dinâmica conceptual que envolve o processo de transformação desta sociedade cada vez mais global e em rede (Castells, 1999).

Tal como dissemos na introdução, um dos fenómenos sociopolíticos de maior importância hoje é o da globalização. Esta pode ser interpretada e percebida como um processo que implica a intensificação das relações económicas, sociais, políticas e culturais à escala mundial (Mendes, 2007). É um conceito usado na explicação das rápidas alterações que tem ocorrido nas sociedades, como o avanço dos meios de comunicação, mobilidade dos meios de produção e redução das barreiras nacionais (Giddens, 2001; 2004) e que afectam os vários domínios da vida social, incluindo as relações sociais entre Estados, grupos sociais e interesses hegemónicos e contra-hegemónicos (Mendes, 2007: 3).

Mas a globalização também se afigura como um fenómeno ambíguo que legitima uma visão do mundo. É essencialmente direccionado para explicar mudanças económicas produzidas pela dinâmica das inovações tecnológicas e para compreender os processos que intensificam a interdependência e as relações sociais a nível mundial¹. Como tal, não é um processo movido apenas pelas forças económicas. Giddens (2001) afirma mesmo ser “errado pensar que as forças económicas fazem por si só a globalização – que na realidade é resultado de uma conjugação de factores económicos, políticos, sociais e culturais” (Giddens, 2001: 52). A sua disseminação deve-se, em grande parte, ao desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação que possibilitam a redução do distanciamento espaço-temporal, devido à “compressão” do tempo e do espaço e integração na economia mundial² que está a fazer avançar a globalização³. O papel estruturante das novas tecnologias da informação e comunicação é destacado por Castells (1999) segundo o qual as novas formas de comunicação, devido à sua capacidade de retenção e transmissão do conhecimento e de informação, são elementos essenciais que vão transformar o ensino superior (Castells, 1999; Miura, 2006: 24)⁴.

Foi a partir da década de 80 que as sociedades ocidentais registaram uma forte intensificação do fenómeno da globalização associado, em grande parte, à revitalização da doutrina neo-liberal “através da subordinação da vida social, política e cultural aos axiomas da eficácia, da eficiência, da optimização, da flexibilidade e da adaptabilidade” (Mendes, 2007: 110). O neoliberalismo, entendido como “um projecto político, económico e social, de carácter hegemónico, que está fundamentado na subordinação absoluta da sociedade ao mercado livre e

¹ Este conceito não deve ser pensado apenas como um fenómeno de desenvolvimento de redes mundiais, é também um fenómeno local, que afecta a vida quotidiana de todos nós e, neste sentido, Giddens (2001) entende globalização, “o facto de vivermos cada vez mais num «único mundo», pois os indivíduos, os grupos e as nações tornaram-se mais interdependentes” (Giddens, 2001: 52).

² Denomina esta de *economia light* (cf. Giddens, 2004), que se caracteriza por uma economia em que os produtos se baseiam em informação.

³ Existe um certo número de fenómenos que têm contribuído para a aceleração do processo de globalização. Entre as causas apontadas para esta intensificação estão as mudanças políticas ocorridas, como o colapso do comunismo, o aumento dos mecanismos internacionais e regionais de governo (como as NU, UE), bem como as organizações intergovernamentais e as organizações não governamentais internacionais (Giddens, 2000; 2004). Acresce ainda a facilitação do fluxo de informação acerca de pessoas e acontecimentos em locais longínquos, assistindo-se “a uma reorientação do modo de pensar das pessoas, passando-se de um nível nacional para um nível local” (Giddens, 2001: 56). As empresas transnacionais tiveram igualmente um enorme contributo, isto porque as empresas produzem bens ou serviços comerciais em mais do que um país, com operações que abrangem todo o globo.

⁴ As tecnologias da comunicação e informação contribuem para uma série de mudanças em todas as áreas relacionadas com a oferta de serviços educacionais e mobilidade académica. A tecnologia inclui na sua definição “o uso da comunicação mediada por computador, a disseminação do conhecimento via internet e a disponibilidade de cursos de graduação e pós-graduação usando a comunicação à distância” (Miura, 2006: 23). É importante considerar neste domínio as possíveis mudanças nas relações académicas internacionais a internet remodelou a forma como o conhecimento é disseminado, mas apresenta, igualmente, um conjunto de problemas, tais como o uso de inglês como a língua oficial na internet e na academia (Miura, 2006: 23).

à não intervenção estatal” (Neto e Teixeira, 2006: 223), surge num contexto histórico controverso, relacionada com a crise do Estado do Bem-Estar Social (Neto e Teixeira, 2006: 221)⁵. É importante considerar a importância das agências supranacionais, isto é, das instituições políticas internacionais, neste processo. Mendes (2007) destaca “a revogação do Estado-Nação e a emergência de poderosos mecanismos de regulação transnacional, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a OCDE e a Organização Mundial do Comércio, com poder de actuação sobre o poder dos Estados nacionais” (Mendes, 2007: 110). A mesma autora ressalta que “as políticas educativas passam, neste contexto, a desempenhar um papel cada vez mais instrumental na modernização das economias e na resposta aos imperativos da competitividade, da modernização e dos processos de inovação” (Mendes, 2007: 110)⁶.

Podemos facilmente concluir que a globalização é interpretada e percebida como um fenómeno paradoxal. A este respeito, Hespanha (2002) sugere:

“Os fenómenos de globalização são processos dialécticos de interacção entre as dinâmicas globais e as forças locais e, por isso, o resultado final do seu impacto numa dada região ou local é determinado tanto pela intensidade dos factores de globalização quanto pela sua intensidade das respostas locais que se lhe contrapõe. Sendo, à partida, incerto e contingente o impacto da globalização, a probabilidade de esta vir a determinar efeitos corrosivos em diferentes domínios da vida social (e, por essa via, a gerar as condições de agravamento do mal-estar e da conflitualidade sociais) parecem estar associados à posição das sociedades dentro de um sistema mundial fortemente hierarquizado” (Hespanha, 2001: 181).

⁵ É, sobretudo, em meados da década de 70 do século passado que “com a crise do Estado do Bem-Estar Social e sua incapacidade para resolver os graves problemas económicos, as propostas neoliberais ressurgem com força total e difundem-se como a única solução possível para a economia mundial sair da crise que havia se instaurado” (Neto e Teixeira, 2006: 221). Contudo, verificou-se que após duas décadas de estabelecimento destas propostas, os objectivos esperados não vingaram. A implementação das propostas neoliberais provocou problemas de ordem social levando a reestruturação produtiva, tendo-se alterado de modo significativamente a organização da produção e dos mercados, as diversas políticas de trabalho e emprego.

⁶ Mendes (2007) argumenta ainda que “a década de 80 representa, relativamente a Portugal, um importante ponto de viragem e de transição na sociedade portuguesa e na organização estatal, com reflexos no seu processo de recontextualização no sistema mundial com a adesão à, então designada, Comunidade Económica Europeia e nos níveis de exigência em matéria de desenvolvimento e modernização do país. No plano educativo, importa sublinhar a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986, a qual serve de pilar à reforma curricular instituída, a partir de 1989, e que se inscreve no propósito mais amplo de reformar e reestruturar a globalidade do sistema marcado por um sintomático atraso educativo patente, entre outros, na democratização escolar tardia, nos baixos índices de escolarização, no abandono escolar precoce, nas elevadas taxas de analfabetismo e na iliteracia” (Mendes, 2007: 111).

Segundo alguns autores, estamos perante um processo de reconfigurações das estruturas sociais, económicas e políticas com reflexos ao nível da educação, da cidadania e da formação e na construção de identidades individuais e colectivas (Magalhães e Stoer, 2006). Nesta linha, a internacionalização constitui um termo ambíguo e aparece intimamente relacionada com a abertura das fronteiras nacionais. Como salientámos, está também fortemente ligada à hegemonia do sistema capitalista e à dominação das nações ricas sobre as pobres, normalmente envolvidas em forte concorrência no que respeita à produção tecnológica e ao fluxo de capitais (Green e Eckel, 2002: 10).

A globalização e os princípios neo-liberais revolucionam a forma como as universidades se relacionam com o meio envolvente. Santos (2008) destaca a reforma da universidade, cujas consequências foram mais evidentes na perda de hegemonia “decorrente das transformações na produção do conhecimento, com a transição, em curso, do conhecimento universitário convencional, para o conhecimento pluriversitário, transdisciplinar, contextualizado, interactivo, produzido, distribuído e consumido com base nas novas tecnologias de comunicação e de informação que alteraram as relações entre conhecimento e informação, por um lado, e informação e cidadania, por outro” (Santos, 2008: 46). Estes fenómenos implicam também alterações “nos processos de conhecimento e na contextualização social do conhecimento” (Santos, 2008: 55), cujas consequências foram visíveis no processo de mercadorização do ensino superior (Santos, 2008: 55).

Hoje, o investimento em ciência e tecnologia reflecte a emergência de uma sociedade do conhecimento, baseada na dependência (Smelser, 2001) desta sobre o pessoal altamente qualificado, para o desenvolvimento económico e social dos países (Altbach e Knight, 2007: 290). A sociedade contemporânea apresenta “o conhecimento como o elemento fundamental e gerador de riqueza para as organizações, tendo um papel determinante, apesar de não ser exclusivo” (Neto e Teixeira, 2006: 223). Assim, como sustentam Neto e Teixeira (2006):

“Os tradicionais factores de produção, mão-de-obra, recursos naturais e capital estão cedendo espaço cada vez maior para a informação e o conhecimento na sua importância para a cadeia produtiva. A importância do conhecimento na economia e na sociedade define o que hoje se conhece como sociedade do conhecimento” (Neto e Teixeira, 2006: 224 - 226).

O conhecimento é a matéria-prima no processo de produção, sendo cada vez mais observável a sua importância para as organizações, num contexto de uma economia e sociedade globais. Tal como afirma Lyotard (1984):

“Knowledge is and will be produced in order to be sold, it is and will be consumed in order to be valorized in a new production: in both cases, the goal is exchange. Knowledge ceases to be an end in itself, it loses its «use-value» (...) It is widely accepted that knowledge has become the principle force of production over the last few decades; this has already had a noticeable effect on the composition of the work force of the most highly developed countries and constitutes the major bottleneck for the developing countries. In the postindustrial and postmodern age, science will maintain and no doubt strengthen its preeminence in the arsenal of production capacities of the nation-states. Indeed, this situation is one of the reasons leading to the conclusion that the gap between developed and developing countries will grow ever wider in the future” (Lyotard, 1984: 5).

São indiscutíveis as mudanças no mundo do conhecimento e a sua influência nas várias estruturas da sociedade e das organizações. Na realidade, a centralidade do conhecimento para as sociedades está patente nos debates políticos acerca do desenvolvimento económico e social dos países, no qual existe o reconhecimento da importância da sua circulação e, conseqüentemente, da cooperação internacional “como instrumento essencial no desenvolvimento e na melhoria da qualidade do sistema científico e tecnológico” (Magalhães e Rodrigues, 2000: 14 - 15). Deste modo, “o sistema de ciência e tecnologia assume um papel estruturante de importância capital para o progresso económico e social, afirmando-se em cada país como uma infraestrutura básica para a economia e a sociedade baseadas no conhecimento” (Magalhães e Rodrigues, 2000: 1).

Fundamenta-se, assim, a ideia de que o investimento na investigação e na educação superior é investimento no conhecimento e, por sua vez, este é crucial para o crescimento da economia, criação de emprego e melhoria da qualidade de vida (OCDE, 2005). Castells (1999), a respeito da nova economia, argumenta o seguinte:

“A produtividade e a competitividade na produção informacional baseiam-se na produção de conhecimento e de processamento de informação. A produção de conhecimento e a capacidade tecnológica são elementos-chave para a concorrência entre empresas, organizações de todos os tipos e, em última análise, países. Assim sendo, a geografia da ciência e da tecnologia deveria um impacto de primeira ordem sobre as sedes e redes da economia global” (Castells, 1999: 151).

Nesta economia baseada no conhecimento, habilitações e competências afiguram-se como a matéria-prima principal para o desenvolvimento, da qualidade dos recursos humanos. Neste sentido, “o sistema de ciência e tecnologia desempenha um papel fundamental no estímulo à criatividade, ao uso do conhecimento, à inovação, à modernização, à actualização contínua, ao desenvolvimento de atitudes empreendedoras, à internacionalização, à adopção de procedimentos sistemáticos de avaliação, ao reforço da cultura científica e tecnológica” (Magalhães e Rodrigues, 2000: 1).

Estamos, também, perante uma transformação das relações de trabalho decorrente da evolução dos processos produtivos e do progresso da ciência e da tecnologia, como o aumento do número de profissões neste domínio. Santos (2008) indica que:

“A economia baseada no conhecimento exige cada vez mais capital humano como condição de criatividade no uso da informação, de aumento da eficiência na economia de serviços e ainda como condição de empregabilidade, uma vez que quanto mais elevado for o capital humano, maior é a sua capacidade para transferir capacidades cognitivas e aptidões nos constantes processos de reciclagem a que a nova economia obriga” (Santos, 2008: 27).

Na realidade, um dos sectores onde têm sido visíveis reconfigurações na carreira, levando também a reconfigurações nas identidades profissionais, é no dos trabalhadores do conhecimento e, dentro deste, no grupo particular de cientistas e investigadores, tidos como os trabalhadores mais móveis. Sob esta linha de argumentação a literatura sobre as migrações qualificadas tem vindo a propor que os movimentos geográficos de cientistas e investigadores se inscrevem em processos globais condicionantes das trajectórias individuais, isto é, são movidos pela própria estrutura estratificada dos sistemas de ciência e da tecnologia no mundo. Merton (1942; 1974; 1977), um dos autores clássicos da sociologia da ciência, defendeu o carácter estratificado da ciência ao assumi-lo como um espaço social sujeito aos mesmos processos de estratificação que todos os outros espaços sociais.

A mobilidade insere-se numa rede complexa de relações entre indivíduos e organizações, formada por princípios de estrutura da ciência em contextos globais. Esta problemática pode ser entendida à luz de uma das teses sociológicas mais influentes, a teoria sistema-mundo, desenvolvida por Immanuel Wallerstein (1994):

“Um sistema-mundo é um sistema social, um sistema que possui limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência. A sua vida é feita das forças em conflito que o mantém unido por tensão e o dilaceram na medida em que cada um dos grupos procura eternamente remodelá-lo em seu proveito. Tem as características de um organismo, na medida em que tem um tempo de vida durante o qual as suas características mudam em alguns aspectos e permanecem estáveis noutros. Podem definir-se as suas estruturas, em momentos diferentes, como fortes ou fracas, em termos da lógica interna do seu funcionamento” (Wallerstein, 1994: 337).

Este autor considera o mundo como um único sistema, constituído por 1) estados centrais com forte estrutura governamental, desenvolvidos e ricos, 2) estados periféricos, estes com fraca estrutura governamental, culturas dominadas e 3) estados semiperiféricos, de países com estruturas governativas relativamente fortes e economias, de alguma forma, dependentes dos Estados centrais (Mendes, 2007). Neste contexto, o conhecimento, entendido como recursos fundamental, permite o entendimento dos desequilíbrios entre Norte e Sul ou entre centro e periferia.

O trabalho científico e de investigação são actividades globalizadas (Regets, 1999; 2007), intensamente sociais, não só na produção, como na difusão através das redes de conhecimento. Estas redes fomentam a globalização do local, dado que “os meios de inovação comandam as redes globais de produção e distribuição, que estendem seu alcance por todo o planeta” (Castells, 1999: 417). Ou seja, esta mobilidade entre diversos espaços de concentração dos pólos de conhecimento, permite reforçar as redes sociais e também desenvolver competências, conhecimentos e estratégias que poderão contribuir para a produção e a disseminação de conhecimento.

As teorias contingênciais possibilitam a análise das organizações como sistemas abertos e localizadas num espaço e num tempo limitados pelos contextos local, regional, nacional e transnacional (Ferreira, 2001: 79). Por isso, tende a argumentar-se que a concorrência e a competição entre estas organizações revelam-se exequíveis, se forem dinamizadas num mercado mundial (Ferreira, 2001: 79). Esta ideia adquire ainda mais sentido no contexto da

sociedade do conhecimento e atendendo ao carácter cada vez mais universal mas também mais competitivo da ciência, pois “as organizações são objecto de controlo social e de restrições do ambiente externo relativamente aos recursos que são vitais para o seu funcionamento” (Ferreira, 2001: 130)⁷. Com efeito, está cada vez mais presente uma abertura científica e tecnológica dos países e a luta por uma posição favorável em termos de cooperação científica internacional num contexto de globalização, pois as parcerias científicas expandiram-se após a adesão à União Europeia. Constitui objectivo global a aproximação entre os países no que respeita à cooperação entre todos os Estados-nação em ciência e tecnologia. Esta cooperação pode ser observada através dos indicadores de desempenho dos sistemas científicos, como os trabalhos de investigadores de instituições científicas portuguesas publicados em revistas de reconhecido mérito internacional (Magalhães e Rodrigues, 2000: 9). Acresce, no entanto, a importância dada à produção científica em co-autoria, considerada actualmente um bom indicador de cooperação internacional e, portanto, da própria internacionalização da investigação científica e da carreira do investigador⁸.

A internacionalização caracteriza presentemente grande parte das relações entre as universidades (Morosini, 2006: 108), contribuindo para a mobilidade dos recursos humanos da ciência e tecnologia. Acima de tudo, ela é considerada como um mecanismo indispensável para o desenvolvimento das universidades (Soderqvist, 2002) e, numa escala maior, dos próprios países, pois promove a circulação de conhecimento e a cooperação, favorecendo a criação de redes. Uma das dimensões importantes passa pelas inúmeras políticas que se constroem para a dinamização da dimensão “internacional”, sendo este um factor considerado na “avaliação” das universidades (Magalhães e Rodrigues, 2000: 13 - 14).

A pressão para a internacionalização está, neste momento, a penetrar nos discursos e práticas dos actores envolvidos com o processo de trabalho nas universidades e suas formas de administração. Um dos mecanismos mais visíveis desta penetração consiste no incremento acelerado e detalhado dos sistemas de avaliação do desempenho institucional e individual, nos quais a internacionalização, definida de forma diversa e por vezes dispare, é um indicador

⁷ Ao focar especificamente “no processo de tomada de decisão e nas estratégias de poder, a teoria da dependência de recursos considera que as organizações singulares lutam e sobrevivem através de mecanismos adaptativos que lhe permitem o acesso e utilização de recursos fundamentais que estão sobre o controlo do ambiente externo. Este é concebido como um factor de constrangimento ou oportunidade para as organizações. Cabe, por sua vez, ao poder político interno a definição de estratégias e a tomada de decisões que permitam uma competição interorganizacional adequada e, simultaneamente, a sobrevivência das organizações no ambiente externo” (Ferreira, 2001: 164).

⁸ Aumentam as colaborações com Alemanha, Espanha e Itália, no entanto, as colaborações com o Reino Unido, os EUA e a França continuam a ser as mais frequentes (Magalhães e Rodrigues, 2000: 10 - 11).

fundamental. O impacto da avaliação das universidades e dos centros de investigação é de tal forma elevado que, num contexto de “crescente competitividade entre instituições do ensino superior, as universidades de investigação apenas podem subsistir, enquanto integradas em redes internacionais” (Albino, 2008: 3).

Decorrente desta situação, assistimos recentemente ao crescente desenvolvimento de políticas governamentais que apelam à apresentação de resultados visíveis e quantificáveis pelas instituições de ensino superior. Estes tipos de organizações que lidam com a produção de conhecimento passam a ser avaliadas, não tanto pelo contributo social que têm sobre as novas gerações, mas sim pelas consequências imediatas do seu trabalho, que se traduzem no número de publicações e prémios conseguidos pelas suas equipas de docentes e investigadores, bem como pelas posições conseguidas em *rankings* de avaliação da qualidade do ensino e da investigação, passando estes critérios a decidir os recursos financeiros e a imagem das universidades (Ruão, 2008: 161). Desta forma, “factores simbólicos e subjectivos começaram a determinar o valor posicional e a vantagem competitiva destas instituições” (Ruão, 2008: 170). Como tal, não são de fácil apreensão, enquadrando-se num conjunto de acções decorrentes da administração dos sistemas de ciência e tecnologia e de controlo estatal ou supra estatal, que impulsionam a definição de hegemonias. Por sua vez, estes modelos de avaliação tem repercussões no financiamento, o que pressiona as unidades de investigação a privilegiar modos de recrutamento de investigadores com origem ou trajectória noutros países, de preferência de expressão anglo-saxónica, como forma de potenciar as suas qualidades linguísticas e relacionais, consideradas como mais válidas (Araújo e Silva, 2010).

Observamos que a internacionalização é problematizada sobre ângulos distintos levando em conta diversas perspectivas de análise. A sociedade da informação e do conhecimento está a aumentar a busca de talento e competências consideradas, nessa perspectiva, globais e em circulação permanente. O relatório da OCDE (2008) sobre a mobilidade sustenta que “the internationalization of HRST (human resources in science and technology) is also observed in the international mobility of students. OECD countries benefit from the inflow of talent students and scholars” (OCDE, 2008: 83 - 84). Com efeito, muitos países reúnem esforços para atrair estudantes estrangeiros (Iredale, 2001) para cursos ensinados em línguas estrangeiras, e, muitas vezes, com estruturas atractivas que integram programas cooperativos entre universidades favoráveis à obtenção de vistos.

Numa altura em que cresce a importância da "economia do conhecimento", a circulação global de investigadores parece ser crucial para a competitividade dos modernos Estados-nação, das suas instituições e recursos humanos (Jons, 2007: 97). Neste sentido, a internacionalização é frequentemente ligada aos processos de mobilidade qualificada.

Os estudos sobre as migrações qualificadas tiveram início, a nível internacional, por volta dos anos 60 do século passado, embora o *brain drain* tenha sido o conceito orientador durante cerca de vinte anos. Este termo apareceu pela primeira vez na Grã-Bretanha e pretendia caracterizar o êxodo de cientistas britânicos para os Estados Unidos no difícil período do pós-guerra (Brandi, 2006; Silva, 2009). O *brain drain* surge como uma preocupação vinda do exterior, na medida em que os Estados Unidos sempre foram o clássico receptor de imigração qualificada. Durante os anos 70, considerando a elevada taxa de migração de estudantes com origem em países subdesenvolvidos para os chamados países ricos, passou a relacionar-se o *brain drain* com a desigualdade de desenvolvimento entre os países (Silva, 2009: 10). Deste modo, o conceito de *brain drain* foi durante muito tempo entendido num tom negativo, “fuga de cérebros”, daí associar-se à ideia que há uma “perda” para uns países e um “ganho” para outros. De qualquer modo, a visão do fenómeno seria limitada se nos retivéssemos apenas nos aspectos negativos deste tipo específico de mobilidade. Tem-se discutido os efeitos positivos da migração qualificada sobre a formação dos indivíduos e, mesmo, sobre o crescimento económico do país de origem do imigrante. Começam a aparecer estudos que atestam a importância da presença física na transferência de conhecimento, daí decorrendo uma orientação do debate no sentido do *brain circulation* (Góis e Marques, 2007).

Mas este fenómeno é cada vez mais entendido como sendo de tipo circular, potencialmente benéfico para os vários países envolvidos, porque leva à criação de redes de conhecimento, tornando-se foco de *brain circulation* ou de circulação de inteligência (Góis e Marques, 2007). Tal como propõem os autores Góis e Marques (2007), “o imperativo de aderir ao universo da mobilidade crescente de conhecimento e garantir uma fungibilidade alargada de qualificações levou ao movimento de internacionalização das universidades europeias, dos respectivos cursos e certificados, expressos na célebre declaração de Bolonha, e bem assim em harmonização de estudos terciários” (Góis e Marques, 2007: 16).

A crescente mobilidade resulta, por um lado, da internacionalização dos mercados de trabalho na investigação mas, também, do facto de os países assumirem o conhecimento como um bem essencial passível de ser assim transmitido. É neste panorama, que a mobilidade surge

como princípio fundamental para a formação e para a consolidação das carreiras. Assume-se, aliás, como um dos indicadores usados para medir o desempenho individual, bem como para definir pólos atractivos neste contexto de uma ciência global. Com efeito, recorrendo às teorias do desenvolvimento, os pólos preferências para a mobilidade são controlados pelos países do norte, pois simbolicamente são os que mais vantagens (materiais e imateriais) anunciam.

1.1. Definições, interpretações e sentidos

A sociedade globalizada tem impacto no sistema académico, pressionando as universidades a adoptarem iniciativas no sentido de dar resposta a esta nova postura global (Miura, 2006; Siegler, 2009). É desta forma que a internacionalização, entendida como a acção de mostrar fora o que é concebido internamente, levando fora aquilo que se produz dentro de um sistema - o que não implica necessariamente um envolvimento com o exterior - responde às exigências propostas por essa postura global.

Importa fazer, contudo, algumas considerações sobre a internacionalização, tendo em conta a existência de “um certo caos semântico a respeito do que significa e como se operacionaliza o «grau de internacionalização» do trabalho de um investigador e das respectivas unidades de investigação e ensino” (Araújo e Silva, 2010: 2). Nesta linha, Biddle (2002) argumenta:

“«Internationalization» became a buzzword in academic circles, the rhetoric surrounding it ubiquitous. Given the significant amount of time and money invested in efforts to realize the goal, it seemed to me worth trying to understand what that goal was: what faculty and administrators meant by the term, what the principal issues were, and how the process of “internationalizing the university” worked on the ground. Moreover, I hoped that an account of the experiences of a subset of institutions—what worked and what didn’t work in a given set of circumstances, whether there were demonstrably better or worse ways to resolve a given set of problems—might prove useful to other institutions embarked on the same enterprise” (Biddle, 2002: 2).

De facto, a crescente atenção sobre as implicações da internacionalização no campo académico e da investigação, desemboca numa diversidade de vocabulários com algumas *nuances* de significado. O uso impreciso de terminologia associada a esta problemática ilustra a

complexidade desta dimensão internacional do ensino e da investigação (Knight, 1999: 14). Knight (1999) destaca a necessidade de explorar a relação com outros conceitos emergentes, tais como “globalization, regionalization or an even more complicated set of related terms such as transnational education, global education, world education, intercultural education, comparative education, multicultural education, international education” (Knight, 1999: 14).

Os conceitos de internacionalização e de globalização são, muitas vezes, utilizados como sinónimos, sendo necessária estabelecer-se uma distinção: o conceito de internacionalização diz respeito a uma fase de adaptação organizativa do sistema universitário, ao fenómeno da globalização (Albino, 2008: 21). Segundo os autores Altbach e Knight (2007) a globalização diz respeito a um contexto da evolução económica e académica que faz parte da realidade do século XX. Por sua vez, a internacionalização inclui as políticas e as práticas desenvolvidas pelos sistemas académicos, instituições e indivíduos, para lidar com um ambiente académico global (Altbach e Knight, 2007: 290). Assim, a internacionalização surge como uma resposta à globalização, integrando aspectos locais como internacionais. Quando analisado numa perspectiva economicista, a internacionalização diz respeito a uma ampliação das relações com o exterior, enquanto a globalização refere-se à integração progressiva dos países na formação de um mercado global (Mendes, 2007; Neto e Teixeira, 2006). Mas a ambiguidade que os atravessa vai mais além do que a simples relação económica.

Embora exista um claro aumento das actividades transnacionais e multinacionais – como a participação em conferências internacionais, publicação em jornais internacionais, publicação internacional em co-autoria, colaboração com colegas estrangeiros –, seria errado dizer que a internacionalização da ciência é igual à globalização da ciência (Hakala, 1998: 52). Aliás, como é argumentado por Hakala (1998), a literatura vem a defender que seria mais adequado falar em “continentalização” ou “europeização” da ciência, dado que este modelo de cooperação entre países estabelece-se tradicionalmente com fortes ligações principalmente na Europa e América do Norte (Hakala, 1998: 52), configurando uma desigual repartição do conhecimento.

Fortuna (2008) propõe uma definição mais abrangente destes dois conceitos, ao sustentar que “globalizar as sociedades pode significar, por um lado, que as sociedades supostamente nacionais, podem projectar-se para fora de si próprias, tornar-se supranacionais e superar as fronteiras que as confinam” (Fortuna, 2008: 83), sendo estas as fronteiras políticas dos estados-nação, os limites culturais definidos pelos usos da mesma língua e as fronteiras da

história e do património identitário de uma dada comunidade (Fortuna, 2008: 83). Afirma ainda que:

“Não é de todo inquestionável que pensemos a «globalização das sociedades» como uma acção de sentido unívoco como a que está contida nesta noção de as sociedades se projectam de dentro para fora. Esta é a hipótese mais convencional da globalização que remete para uma capacidade bem sucedida de mobilizar e fazer valer recursos nacionais em contextos e territórios internacionais. Podemos, todavia, admitir a hipótese inversa, ou seja, a de incorporação, digamos «nacionalização», de traços e tendência universais que, assim, se hão-de acomodar, de uma ou outra forma, à variedade das situações e patrimónios socioculturais nacionais, ou, para este efeito, também locais” (Fortuna, 2008: 84).

O mesmo autor acrescenta:

“São várias as propostas analíticas que procuram posicionar-se além desta limitada antinomia. Eu próprio tenho sugerido que a relação local-gobal, ou nacional-internacional, só pode frutificar se colocada no plano da translocalidade que é o único que traduz a complexidade e os efeitos da inserção nacional ou local nas redes multifacetadas e de escala múltipla da actualidade” (Fortuna, 1999 *apud* Fortuna, 2008: 84).

A globalização e internacionalização são entendidas, acima de tudo, como processos complexos inseridos num plano de translocalidade. Segundo Mendes (2007):

“O campo educativo enquanto campo de transnacionalização constrói-se, precisamente, nesta dinâmica fluida e biunívoca de entrosamento e embaralhamento, entre as dinâmicas internacionais e as dinâmicas nacionais, não numa mera soma ou sobreposição de elementos justapostos, mas antes num processo de definição e redefinição constantes que conduz a tradutabilidades, a particularismos, a singularidades e a hibridismos” (Mendes, 2007: 110).

Ao destrinçar as condições de circulação dos textos científicos, Bourdieu (2002) destaca esse mesmo carácter contraditório e multifacetado do campo científico. O autor argumenta que a vida intelectual não é espontaneamente internacional. É, antes, e como em todos os outros espaços sociais, o nacionalismo e o imperialismo intelectuais que carregam o preconceito, os estereótipos, as ideias e as representações.

O certo é que podemos assumir que a produção do conhecimento científico resultante da nova configuração mundial dos sistemas de ciência e tecnologia à escala internacional desenrola-se, segundo Alatas (2003), numa matriz de “imperialismo científico” (Alatas, 2003; Fortuna, 1999: 87), que incorpora países dependentes ou periféricos. É neste sentido que também se pode considerar o campo da ciência como conflitual, construído com base numa interdependência económica e política, circunscrito em contextos locais, nacionais e globais (Mendes, 2007: 110). De facto, uma forma de apreender a complexidade do mundo científico traduz-se no recurso ao modelo teórico centro-periferia. No centro encontram-se instituições científicas, que detêm um monopólio sobre os meios de orientações no domínio da ciência, o que na prática significa que as publicações científicas ocorrem do centro para a periferia, enquanto a mobilidade física ocorre a partir da periferia para o centro (Hakala, 1998: 54). É neste contexto de distribuição desigual do conhecimento que Stoer (2001) sustenta:

“Situado numa encruzilhada de forças que o transcendem, o campo educativo surge com características afectadas por percursos históricos do contexto em que tem lugar, surge influenciado por interesses e poderes económicos, pelas relações Estado/mercado, por orientações políticas e ideológicas, por localizações mais ou menos centrais, e é ainda marcado por influências do global e do local que nele conflituam” (Stoer *et al.*, 2001: 14).

É visível a ambiguidade presente neste processo: se “a ciência é virtude universal” (Fortuna, 2008: 84), fonte de desenvolvimento económico-social dos países, neste processo de internacionalização da ciência e da investigação, a sua definição geopolítica faz-se de acordo com processos de hegemonização e racionalização predominantes na economia capitalista. As teorias da dependência fornece-nos a base para o entendimento da ambiguidade que atravessa o mundo da ciência, pois a divisão do trabalho e as relações de produção internacionais estão assentes numa lógica de dominação que une os interesses das classes dominantes dos países centrais contra os interesses das classes dominadas dos países periféricos.

A definição de internacionalização orientada para políticas tem sido objecto de elevada atenção. O conceito de internacionalização dirigida para o estudo do ensino superior tem sido abordada por diversos autores, que tendem a enfatizar aspectos institucionais ao relacionar a internacionalização com um conjunto de actividades.

O foco voltado para as actividades surge na definição proposta por Arum e Van de Water (1992), pois considera que a “internacionalização refere-se a múltiplas actividades, programas e

serviços relacionados aos estudos internacionais, cooperação técnica e intercâmbios educacionais internacionais” (Arum e Van de Water, 1992 *apud* Miura, 2006: 30).

Knight (1999) descreve a internacionalização das instituições de ensino superior como um processo que atribui uma dimensão intercultural ao ensino:

“Internationalization of higher education is the process of integrating an international/intercultural dimension into the teaching, research and service functions of the institution” (Knight, 1994 *cit. in* Knight, 1999: 16).

Para a autora a internacionalização é concebida como um processo dinâmico, que vai além das actividades isoladas apresentadas anteriormente por Arum e Van de Water (1992). Ou seja, este processo advém de uma gradual adaptação e integração das universidades ao meio político, económico e cultural, sendo também decorrente da sua própria mudança organizacional (Albino, 2008: 21).

Knight (1999: 17) chama a atenção para o facto de estas definições não incluírem as motivações para internacionalizar, pois é necessário reconhecer as diferenças entre as instituições, o contexto e a cultura em que operam. Assim, a definição formulada pela autora pretende ser orientada para o nível institucional e no sentido de criar tentativas de aferir sobre a universalidade das funções de uma instituição de ensino superior.

Segundo Van der Wende (*apud* Miura, 2006) a internacionalização é um esforço sistemático e sustentado, que tem por objectivo levar o ensino superior a ser capaz de responder às exigências e desafios da globalização das sociedades, da economia e do mercado de trabalho (Miura, 2006: 30). No entanto, também esta “definição concebe a internacionalização como um recurso importante para o desenvolvimento da educação superior, alinhando-a com padrões internacionais, e demonstrando abertura e capacidade de resposta ao ambiente global, no entanto, restringe-se às respostas ao ambiente externo, especificamente à globalização, e não contextualiza a internacionalização especificamente para o sector educacional” (Miura, 2006: 30).

Soderqvist (2002) introduziu uma definição que atende ao processo de mudança na educação superior e fornece, igualmente, uma visão da administração ao nível institucional. É neste sentido que define a internacionalização “como um processo de mudança de uma instituição de educação superior nacional para uma instituição de educação superior internacional conduzindo à inclusão de uma dimensão internacional em todos os aspectos da

sua administração visando melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem e alcançar as competências desejadas” (Miura, 2006: 30). Knight (2004 *apud* Miura, 2006: 31) critica esta definição, apesar de reconhecer que apresenta aspectos relacionados com as razões para internacionalizar, mas é limitada para ser aplicável às instituições e países que concebem a internacionalização de forma mais ampla do que o ensino, a aprendizagem e o desenvolvimento de competências (Miura, 2006: 31).

Existe um conjunto de abordagens genéricas a utilizar pelas instituições académicas a fim de planear e implementar uma estratégia de internacionalização na sua instituição. O Quadro 1 fornece-nos uma tipologia de abordagens com base no modelo desenvolvido por Knight (1999) para a internacionalização. Segundo a autora, o objectivo desta tipologia é reflectir sobre o tipo de abordagem adoptado (implícita ou explicitamente).

Quadro 1 - Diferentes abordagens à internacionalização

Abordagem	Descrição
Actividade	Categorias ou tipo de actividades usadas para descrever a internacionalização, tais como o currículo e o intercâmbio de alunos, docentes e funcionários.
Competência	Desenvolvimento de novas habilidades, conhecimentos, atitudes e valores nos alunos, professores e funcionários. Como aumenta a ênfase nos resultados da educação, aumenta igualmente o interesse na identificação e definição global/internacional de competências.
<i>Ethos</i>	Criação de uma cultura ou clima que promove e apoia iniciativas internacionais e interculturais.
Processo	Integração e estímulo a uma dimensão internacional ou intercultural no ensino, na investigação e nos serviços, através da combinação de uma ampla gama de actividades e políticas.

Fonte: Knight (1999: 15)

A abordagem centrada nas actividades (1) tem sido a mais frequente nos estudos sobre a internacionalização. Tende a ser orientada para políticas e programas onde se incluem as actividades internacionais com estudantes, a ajuda ao desenvolvimento ou a mobilidade académica (Knight e De Wit, 1995; Knight, 1999).

A abordagem ligada ao desenvolvimento de competências (2) está intimamente relacionada com os resultados educação, em que a qualidade é pensada em termos de conhecimentos, habilidades, interesses, valores e atitudes dos alunos. Nesta abordagem, a ênfase é colocada no homem académico - alunos, professores, investigadores e técnicos, administrativos ou funcionários (Knight, 1999). Assim, o desenvolvimento de currículos internacionalizados e programas não se torna um fim em si mesmo, mas um meio para desenvolver as competências adequadas. Pauta-se por um crescente interesse na identificação e mensuração de competências como resultados de internacionalização, muitas vezes denominadas “competências internacionais ou globais”.

A abordagem com foco no *ethos* (cultural) (3) relaciona-se com as teorias do desenvolvimento organizacional e tende a privilegiar a criação de uma cultura dentro da organização para apoiar um determinado conjunto de princípios e objectivos (Knight e De Wit, 1995; Knight, 1999). No caso da internacionalização, inclui a defesa do estabelecimento de um *ethos* que incentiva e promova o desenvolvimento de valores internacionais e interculturais, fazendo da dimensão internacional a cultura da organização.

A abordagem orientada para o processo (4) enfatiza a integração de programas internacionais/ou interculturais, bem como as políticas de orientação e procedimentos de uma instituição (Knight e De Wit, 1995; Knight, 1999). A grande preocupação nesta abordagem está na necessidade de abordar a sustentabilidade da dimensão internacional. Portanto, é dado destaque aos aspectos dos programas e aos elementos organizacionais, tais como políticas e procedimentos.

É importante notar que as quatro abordagens descritas são complementares e, certamente, não mutuamente exclusivas (Knight, 1999). Knight e De Witt (1995: 25) propõem, ainda, uma alternativa ao pensar a internacionalização como um processo em ciclo contínuo e não linear ou estático. Este ciclo compreende, segundo os autores, seis fases: a consciencialização, isto é, criar a consciência da importância e benefícios da internacionalização para os alunos funcionários e professores; o compromisso, através da construção de um processo de integração da dimensão internacional no ensino e na investigação de uma

universidade; o planeamento, pelo desenvolvimento de um plano abrangente de estratégias para a internacionalização de uma universidade; a operacionalização, ao implementar os diferentes aspectos de uma estratégia de internacionalização e ao criar uma cultura de apoio; a revisão, ao avaliar e melhorar continuamente a qualidade e o impacto dos diferentes aspectos do processo de internacionalização; e, por fim, o reforço, através da recompensa e o reconhecimento da participação de professores e funcionários (Knight e De Witt 1995: 25 - 28).

Ao longo desta reflexão, foi exposto que a internacionalização surge como um imperativo da globalização. No entanto, existem outras razões que conduziram ao processo de internacionalização das universidades. A mesma autora aponta algumas dessas razões (Knight, 1999: 17 - 21; Miura, 2006: 5): (1) razões políticas, pela busca de paz e entendimento entre as nações; (2) razões económicas, assentes na procura de competitividade e, portanto, também no crescimento económico-social; (3) razões socioculturais, pela transmissão e expansão e de valores morais e culturais; (4) razões académicas, através da qualificação adequada para um mercado de trabalho global, aumento da reputação das instituições de ensino superior, qualidade do ensino, investigação e serviços e aproximação cultural decorrente da mobilidade.

A sua importância para o mundo actual pode ser percebida através das inúmeras iniciativas que surgem, a nível local, isto é, nas próprias universidades, mas também a nível global, em diversas organizações que operam no sentido de impulsionar este processo de cooperação universitária. Os desafios para estas instituições são cada vez maiores, sendo crescente a criação de programas de intercâmbio de estudantes, investigadores e docentes, programas de estudos e estágios no exterior, *etc.* Teles (2005) acrescenta que a internacionalização do ensino superior introduz um novo perfil profissional que se exige para actuar no mundo em transformação intensa, sendo também importante atender às alterações que este processo pode ter sobre os trabalhadores do conhecimento e as suas competências profissionais.

Existem diversos critérios que podemos observar neste processo de actividades de internacionalização (Miura, 2006). Entre eles estão os diversos acordos internacionais, o intercâmbio de docentes, bem como de alunos com universidades estrangeiras (em ambos os sentidos), a organização de eventos internacionais, com participação local e internacional, a participação em comités e directorias de associações internacionais ou, mesmo, artigos publicados em revistas internacionais.

A internacionalização apresenta inúmeras vantagens, não apenas para as universidades mas também para os indivíduos. Destaca-se a aprendizagem cultural, aperfeiçoamento do corpo docente devido à interacção com investigadores estrangeiros e a troca de conhecimento decorrente de projectos e investigações conjuntos. Pode acarretar também alguns problemas, como a ausência de estratégias programáticas e as incipientes estratégias organizacionais, que não são capazes de oferecer suporte à internacionalização (Miura, 2006: 5).

Os novos princípios das políticas educativas acompanham os imperativos da política económica, articulando o sistema educativo e produtivo, através da “reorganização e centralização dos currículos, avaliação do sistema educativo, redução dos custos, descentralização, participação da comunidade e introdução de uma lógica e/ou retórica de mercado na gestão dos sistemas educativos” (Seixas, 2001: 210).

Com base nesta literatura, consideramos que esta investigação é fundamental para clarificar o significado da internacionalização, mostrando os seus efeitos no domínio dos processos de trabalho organizacional, assim como no domínio das expectativas e das subjectividades dos actores directamente nela implicados. Consideramos que a pressão para a internacionalização é resultado de constrangimentos sociais impostos nacional e internacionalmente, decorrentes da globalização da ciência.

Ao considerar que a acção individual não pode ser dissociada da sua envolvente social, por ser produto de relações estabelecidas entre os actores sociais, entendemos a trajectória das organizações e do indivíduo como sendo intersectada por vários factores externos. A internacionalização patenteia o esforço de muitas organizações e indivíduos para o seu reconhecimento, pelo que uma e outra não podem ser analisadas separadamente. De facto, o reconhecimento e notoriedade, por um lado, e a qualidade, por outro, representam uma das principais motivações presentes neste processo.

A trajectória das instituições e dos indivíduos envolvidos na internacionalização reflecte, em grande parte, as estruturas implícitas e as relações sociais criadas que delas advém. Nestas circunstâncias, encaramos o estudo sobre internacionalização através da auscultação dos actores com mais responsabilidade na área.

Do enquadramento apresentado sustentamos a nossa investigação com três assunções centrais: (1) assiste-se a práticas muito intensivas de internacionalização sem que os actores envolvidos tenham conhecimento sobre os seus objectivos e natureza; (2) a representação

dominante de internacionalização está assente numa definição centrada nas actividades; (3) não é consensual um projecto de internacionalização comum a todas as áreas científicas.

No sentido de verificar a viabilidade destas assunções, na investigação empírica e numa primeira fase, analisamos 18 entrevistas semi-estruturadas realizadas no âmbito do projecto *Mobiscience* e, posteriormente, enviamos um questionário às unidades de investigação em ciência e tecnologia e responsáveis reitorias.

No questionário procuramos abordar três dimensões de análise centrais: a contextual, a objectiva e a percebida. Elas encontram-se tipificadas com base na estratégia metodológica desenvolvida por Miura (2006) que contempla o contexto em que a investigação se desenvolve, as razões que impulsionam o processo de internacionalização e identificação dos catalisadores e os benefícios e riscos do processo de internacionalização. Com base no que foi dito anteriormente, definem-se como dimensões centrais as seguintes: os motivos para a internacionalização, as expectativas face à internacionalização, o número de acordos/políticas de cooperação entre instituições, o número de estudantes em intercâmbio, as estatísticas de publicações internacionais, o número de políticas de incentivo às publicações, as publicações em co-autoria e os projectos com universidades estrangeiras, entre outros. A definição das dimensões de análise permitiu a construção dos instrumentos de trabalho a usar nesta investigação.

No próximo capítulo explicamos a metodologia que utilizamos para compreender a complexidade deste fenómeno, a partir da observação empírica do caso português.

2. Metodologia

Á luz da literatura que versa sobre o ajuste entre um mundo globalizado e a importância do ensino superior para a dinamização dos sistemas científico e tecnológico, interessa-nos apresentar uma panorâmica geral sobre a internacionalização. Neste sentido, e após uma exposição eminentemente teórica, baseada na recolha da informação bibliográfica e consulta de *sites* e documentos *online*, procuramos sintetizar a metodologia utilizada, bem como as motivações teóricas e constrangimentos práticos que afectaram o desenrolar da presente pesquisa.

A metodologia mais usada nos estudos sobre internacionalização da investigação e do Ensino Superior cruzam várias técnicas, tais como a análise documental, a entrevista a actores envolvidos nas políticas de internacionalização, bem como inquéritos por questionário. Contudo, tal como atesta Albino “são poucas as teses defendidas em Portugal, sobre o impacto das políticas comunitárias e das estratégias de internacionalização nas universidades portuguesas, sendo que as teses existentes pertencem maioritariamente à luz da história da ciência e da educação” (Albino, 2008: 26). Existem lacunas no sentido de uma conceptualização mais abrangente, nomeadamente, no que respeita ao carácter performativo que a internacionalização assume e as representações construídas acerca dos contributos que traz para as instituições de ensino, centros de investigação e carreiras dos investigadores.

Face à ausência de informação acerca do estado dos processos de internacionalização em Portugal, deparamo-nos com duas opções para a pesquisa empírica: a) uma análise macro, centrada nas organizações no seu todo, isto é, na perspectiva das políticas de cooperação, iniciativas *etc.*; b) e uma análise micro, através do estudo de determinadas áreas de conhecimento. Optámos, aqui, pela perspectiva macro, tendo em conta a necessidade de aprofundar primeiramente o estado do processo de internacionalização, as representações construídas e a sua importância em contextos organizacionais e individuais.

Deste modo, o presente trabalho não só assenta na análise de documentos relevantes ao estudo da problemática, como se baseia em entrevistas e inquéritos por questionários aplicados aos actores mais envolvidos no processo em estudo. Mais especificamente, relativamente às técnicas de recolha de dados, a primeira fase deste estudo realizou-se por meio de análise documental, a qual consistiu na recolha de dados relativos aos *sites* institucionais, análise de documentos referentes aos acordos entre instituições e às políticas de cooperação.

Numa segunda fase, foi aplicado um inquérito por questionário, reduzido e constituído por quatro questões abertas, com a finalidade de obter informação sobre as representações e definição de internacionalização.

Quadro 2 - Total de unidades por área científica

Áreas científicas	Unidades	Número de unidades de I&D por área científica
CIÊNCIAS EXACTAS	Matemática	20
	Física	24
	Química	16
CIÊNCIAS NATURAIS	Ciências Biológicas	14
	Ciências da Terra e do Espaço	20
	Ciências do Mar	9
	Ciências Agrárias	22
CIÊNCIAS DA SAÚDE	Ciências da Saúde	43
CIÊNCIAS DA ENGENHARIA E TECNOLOGIAS	Engenharia Civil	12
	Engenharia Mecânica	20
	Ciências e Engenharia de Materiais	10
	Engenharia Química e Biotecnologia	11
	Engenharia Electrotécnica e Informática	25
CIÊNCIAS SOCIAIS	Economia e Gestão	26
	Sociologia, Antropologia, Demografia e Geografia	20
	Ciências da Educação	11
	Ciências da Linguagem	9
	Ciências Jurídicas e Ciência Política	8
	Políticas da Educação	1
	Ciências da Comunicação	8
ARTES E HUMANIDADES	Estudos Literários	18
	Estudos Artísticos	11
	Filosofia	10
	História	27
	Psicologia	13
TOTAL		407

Fonte: Fundação para a Ciência e Tecnologia⁹

⁹ Sítio da FCT. Disponível em <http://www.fct.mctes.pt/unidades/index.asp?p=1> [Acedido no dia 26 de Maio de 2009]

Assim, num primeiro momento, o questionário foi distribuído através de mensagens individualizadas via correio electrónico a reitores, vice-reitores e pró-reitores a um conjunto de 14 universidades públicas portuguesas. Num segundo momento, o mesmo foi distribuído a todos os coordenadores científicos das diversas unidades de I&D do país, com recurso ao Quadro 2 relativo ao total de unidades por área científica, perfazendo 407 unidades de I&D por área científica.

Por fim, foi efectuada uma análise de conteúdo de entrevistas realizadas no âmbito do projecto Mobiscience (N=18), a actores institucionais com funções de administração em ciência e tecnologia, com o objectivo de aprofundar os significados e representações de internacionalização destes actores, em grande parte, ocupando cargos como docentes, investigadores e directores de centro de investigação. Estas entrevistas incidiram em três áreas de conhecimento: as Ciências da Saúde, as Ciências da Engenharia e Tecnologia (engenharia electrotécnica e informática) e as Ciências Sociais (sociologia, antropologia, demografia e geografia).

Procuramos a combinação das técnicas de análise qualitativa e quantitativa, embora se dê prevalência à qualitativa, nas potencialidades que esta detém nas representações dos actores e do papel performativo dos significados. Apesar de não possibilitar a generalizações dos resultados obtidos para a totalidade da população, permitiu uma primeira abordagem à questão e a descoberta de novas pistas de investigação (Greenwood, 1965) que se poderão revelar interessantes para o estudo da internacionalização enquanto conceito e processo.

Como resultado da divulgação e aplicação dos procedimentos descritos foram obtidas 23 respostas aos inquéritos por questionários, cujas características podem ser observáveis com o auxílio do Quadro 3.

Quadro 3 - Caracterização dos inquiridos

Nº	Cargo	Sexo
Reitores, Vice-reitores e Pró-reitores		
1	Vice-reitor	M
2	Vice-Reitora	F
3	Vice-Reitora	F
4	Pró-Reitor	M
5	Vice-reitor	M
6	Vice-reitor	M
7	Reitor	M
8	Pró-reitora	F
9	Vice-Reitor	M
Nº	Cargo	Sexo
Directores de Centro de Investigação		
10	Ciências da Saúde	F
11	Ciências Exactas	M
12	Ciências da Engenharia e Tecnologia	M
13	Ciências Naturais	M
14	Ciências da Saúde	M
15	Ciências Exactas	M
16	Ciências da Engenharia e Tecnologia	M
17	Ciências da Saúde	M
18	Ciências da Engenharia e Tecnologia	M
19	Artes e Humanidades	F
20	Ciências Naturais	M
21	Ciências Sociais	F
22	Ciências Sociais	M
23	Artes e Humanidades	F

Fonte: Inquiridos por questionário (N = 23)

Embora com baixa taxa de resposta, esta técnica permitiu recolher informação muito pertinente acerca de como os actores interpretam e percebem a internacionalização. Foi, assim, possível recolher informação junto de reitores, vice-reitores, pró-reitores e directores de centro de investigação, sobre a forma como definem a internacionalização, a importância que lhe é atribuída, as formas de promoção e o posicionamento acerca da metodologia de avaliação

da internacionalização (atendendo às especificidades disciplinares existentes entre áreas científicas).

Quadro 4 - Caracterização dos centros de investigação

Nº	Área científica	Dimensão Centro	Classificação FCT	Localização Geográfica
1	Ciências da Saúde	Médio	N/D	Centro
2	Ciências da Engenharia e Tecnologia	Pequeno	Positiva	Centro
3	Ciências da Engenharia e Tecnologia	Médio	N/D	Centro
4	Ciência da Engenharia e Tecnologia	Pequeno	Muito Positiva	Centro
5	Ciência da Engenharia e Tecnologia	Médio	N/D	Centro
6	Ciência da Engenharia e Tecnologia	Grande	Positiva	Centro
7	Ciências Sociais	Grande	Muito Positiva	Centro
8	Ciências Sociais	Médio	Muito Positiva	Centro
9	Ciências da Engenharia e Tecnologia	Médio	N/D	Centro
10	Ciências Sociais	Grande	Muito Positiva	Centro
11	Ciências da Saúde	Grande	Muito Positiva	Centro
12	Ciências da Saúde	Médio	Muito Positiva	Periferia
13	Ciências Sociais	Médio	Positiva	Periferia
14	Ciências da Engenharia e Tecnologia	Grande	Positiva	Periferia
15	Ciências Sociais	Pequeno	Negativa	Periferia
16	Ciências da Engenharia e Tecnologia	Pequeno	Negativa	Periferia
17	Ciências Sociais	Médio	Muito Positiva	Periferia
18	Ciências Sociais	Pequeno	Negativa	Periferia

Fonte: Entrevistas realizadas (N=18)

Com recurso a entrevistas realizadas (N=18), foi possível aferir sobre os sentidos de acção e estruturas mais ou menos implícitas, percebendo quais as políticas de incentivo e colaborações internacionais promovidas pelos centros de investigação e representações existentes acerca da mobilidade e cooperação transfronteiras.

Como se observa, o contacto com actores institucionais exige alguns cuidados. É uma tarefa complexa que supõe tempo nem sempre compatível com as necessidades e características do projecto. Utilizaram-se alguns dados quantitativos, mas esta investigação é fundamentalmente qualitativa. Se, por um lado, tem desvantagens, pois não permite a generalização dos dados obtidos, por outro lado, tem vantagens, pois possibilitou o aprofundamento de uma área que tem sido pouco estudada na área específica da sociologia. Há, no entanto, uma tarefa que ficou por concluir de tipificar e de identificar indicadores de

internacionalização nas diversas unidades portuguesas, protocolos e redes de colaboração internacional. Por outro lado, foi extremamente rica para entender os processos cognitivos que estão por detrás do processo de internacionalização.

3. Políticas e indicadores de internacionalização

Existe um caos semântico a respeito do que significa e como se operacionaliza o “grau de internacionalização” do trabalho de um investigador e das respectivas unidades de investigação, bem como de ensino (Araújo e Silva, 2010). As estratégias de internacionalização das instituições que lidam com a produção e disseminação do conhecimento recaem sobre as distintas percepções e/ou experiências que demonstram face ao processo de internacionalização. Podemos percepcioná-lo como um fenómeno alargado com significados variados “no que se refere aos processos que lhe são associados, objectivos, práticas, comportamentos, meios, desafios e estratégias” (Albino, 2008: 20).

Embora o grau de internacionalização deste tipo de instituições seja difícil de medir existe um conjunto de indicadores que nos permite entender como este processo vem a ser produzido em Portugal. Para esta análise é, contudo, fundamental atender às políticas nacionais e transnacionais que moldam o actual sistema científico e tecnológico.

O processo de abertura de Portugal ao exterior dá-se com “as políticas internacionais impostas pela necessidade de acompanhar a internacionalização da economia que se acentuou em Portugal, pós anos 90, com a consolidação da entrada na EU e, por sua vez, a internacionalização da universidade” (Albino, 2008: 30).

Em Portugal, o Estado é ainda regulador das universidades, em especial a pública, dependente de orientações do Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, o qual segue simultaneamente um plano nacional, mas com metas e objectivos a atingir no âmbito de uma agenda europeia (Albino, 2008: 28). Entre os principais projectos destaca-se o Processo de Bolonha cujo objectivo é criar um Espaço Europeu de Ensino Superior, onde os graus académicos e os princípios de qualidade no meio académico possam ser comparáveis (Albino, 2008: 30). Destaca-se, também, o projecto no qual se institui o Espaço Europeu de Investigação, que se prende com a meta primordial da Estratégia de Lisboa de transformar a Europa na economia mais competitiva do mundo, com sucessivos programas-quadro para a ciência e tecnologia (Seixas, 2001; Mendes, 2007).

O plano tecnológico nacional e as recomendações do Ministério da Ciência e do Ensino Superior estão assentes nesta tendência de internacionalização e autonomia do ensino superior,

baseadas no modelo de universidade norte-americana¹⁰. Esta internacionalização é preconizada “através da mobilidade de docentes, estudantes e investigadores e através da cooperação e parcerias em projectos de investigação, entre universidades, por um lado, e entre universidades e empresas, por outro” (Albino, 2008: 32).

Neste processo de crescente internacionalização é importante analisar a construção e a reconfiguração das políticas educativas em Portugal, tendo em conta a sua localização semiperiférica (Nunes e Gonçalves, 2001), e deslindar a influência em “termos de legitimação e de mandato de organizações internacionais de pendor predominantemente regulatório como a OCDE e a União Europeia” (Mendes, 2007: 110). No entanto, é necessário notar que a penetração de políticas educativas supranacionais não implica o fim dos sistemas educativos nacionais, mas sim uma crescente internacionalização parcial dos sistemas educativos, através de mecanismos de cooperação, e uma mudança na regulação estatal, detendo o estado o controlo estratégico a avaliador (Seixas, 2001: 212).

O papel do ensino superior é tido como essencial para o desenvolvimento dos indivíduos e países, pois não só exige uma maior eficiência dos sistemas na formação dos trabalhadores altamente qualificados, como também o exige na investigação, no desenvolvimento e na inovação. Albino (2008) argumenta que a “internacionalização das universidades portuguesas passa, actualmente, não só pela visibilidade decorrente do êxito dos projectos de investigação, como acontecia no passado, mas também pelo crescimento da mobilidade de investigadores, docentes e alunos causada por acções de programas comunitários, como as acções *Marie Curie* do actual sétimo programa-quadro, o programa TEMPUS e o programa ERASMUS” (Albino, 2008: 35). A mesma autora acrescenta que a importância “atribuída ao dinamismo, excelência e eficiência dos centros de investigação em Portugal prende-se com a questão da qualidade como um dos grandes temas da reforma das universidades na Europa nascidas do Processo de Bolonha” (Albino, 2008: 35).

Alguns indicadores acerca do desenvolvimento científico e tecnológico de Portugal permitiram situar a posição do país relativamente a outros. O XVII Governo Constitucional apontou como prioridades o desenvolvimento de metas que permitam retirar o país do atraso científico em que se inseria. Das metas destacam-se as seguintes: “atingir 5,5 investigadores

¹⁰ As universidades portuguesas passam pela “transformação de instituições de ensino com grande número de alunos, para instituições de investigação e ensino, onde os seus meios financeiros estarão cada vez mais dependentes das actividades desenvolvidas nos centros de I&D e pela oferta de cursos de pós-graduação direccionados para o mercado de trabalho” (Albino, 2008: 32).

(ETI) por mil activos (eram 3,5 em 2003 em Portugal e 5,5 na UE25; passar de 1000 para 1500 novos doutoramentos por ano, aumentando ainda a fracção de doutoramentos em ciências e engenharia; aumentar em 50% a produção científica referenciada internacionalmente, passando de 400 para 600 publicações científicas por milhão de habitantes e por ano; triplicar o número de patentes registadas no Gabinete Europeu de Patentes e no Gabinete de Patentes dos Estados Unidos (eram, respectivamente, 4.1 e 1.3 por milhão de habitantes)” (MCTES, 2006: 2)¹¹. Neste relatório, considera-se que o alcance dessas orientações exige a garantia do cumprimento de metas internacionais em matéria financeira e de recursos humanos, como o “aumento de 50% do número de novos licenciados por ano em áreas de ciências e engenharia, duplicar o investimento público em Investigação Científica e triplicar o investimento privado em I&D, que em 2003 era apenas de 0.24% do PIB”¹². E assumindo que “o progresso científico é motor de desenvolvimento e fonte de progresso” (MCTES, 2006: 3), indicam-se cinco orientações: “apostar no Conhecimento e na competência científica e técnica, medidos ao mais alto nível internacional; apostar nos Recursos Humanos e na Cultura Científica e Tecnológica; apostar nas Instituições de I&D, públicas e privadas, no seu reforço, responsabilidade, organização e infraestruturação em rede; apostar na Internacionalização, na Exigência e na Avaliação; apostar na Valorização económica da Investigação” (MCTES, 2006: 3).

A grande parte das orientações da política de investimento público consideram o conhecimento e a qualificação dos recursos humanos como impulsionadores do desenvolvimento e da inovação. Aliás o Plano Tecnológico¹³ do XVII Governo Constitucional “partilha a visão de que a inovação e a internacionalização interagem numa dinâmica de influência recíproca. Por um lado, para ter uma economia internacionalizada é necessário que a mesma disponha de capacidade de inovação permanente que lhe proporcione vantagens competitivas. Por outro lado, a exposição das actividades económicas a procuras internacionais

¹¹ Disponível em http://www.cnel.gov.pt/document/Compromisso_Ciencia_2007_2009.pdf.

¹² Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Abril de 2006, “Um compromisso com a ciência para o futuro de Portugal”. Disponível em: http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/44DBCA87-D664-452B-A88E-FB415A34F989/0/Compromisso_Ciencia_2007_2009.pdf. [Dezembro de 2008].

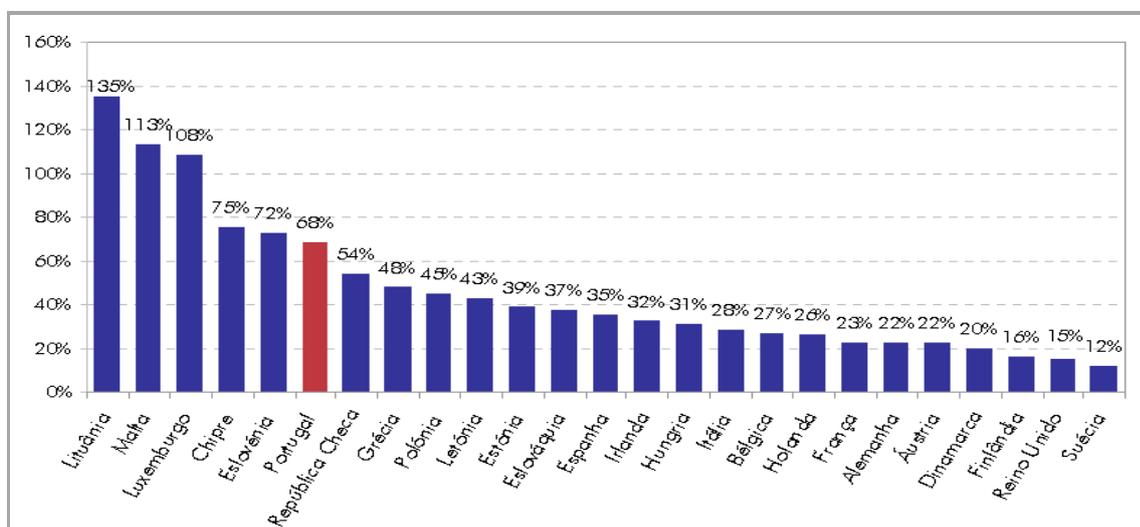
¹³ Este define-se como sendo “um plano de acção para levar à prática um conjunto articulado de políticas que visam estimular a criação, difusão, absorção e uso do conhecimento, como alavanca para transformar Portugal numa economia dinâmica e capaz de se afirmar na economia global” (Plano tecnológico, s/d: 3) cujo objectivo é “aumentar a capacidade competitiva do país através do Conhecimento, Tecnologia e Inovação” (Plano tecnológico, s/d: 5).

mais exigentes e sofisticadas, exerce uma pressão constante nas organizações no sentido da introdução de novos processos, bens e serviços”¹⁴.

As áreas da investigação e da tecnologia aparecem actualmente como factores capitais para o desenvolvimento e sustentabilidade do sector, numa fase em que os países apostam nas reformas do ensino superior, havendo assim um crescente processo de *marketing* em torno da imagem das universidades (Albino, 2008: 31) e mercadorização do ensino e da investigação, impulsionada em contextos locais e translocais. A produção científica transforma-se no fim do modelo de universidade actual e a internacionalização no caminho para o seu reconhecimento.

O relatório do GPEARI (2010) sobre a produção científica nacional indica um aumento de 68% entre 2004 e 2008 (Gráfico 1). Mais concretamente, a produção científica portuguesa, medida em termos do número de publicações científicas referenciadas internacionalmente, atingiu as 12.108 publicações em 2008. Este valor representa um dos crescimentos mais relevantes nos países da União Europeia, cuja taxa média de crescimento se situou nos 35% (GPEARI, 2010: 1).

Gráfico 1 - Taxa de Crescimento do número de publicações referenciadas internacionalmente por milhão de habitantes, entre o ano de 2004 e 2008



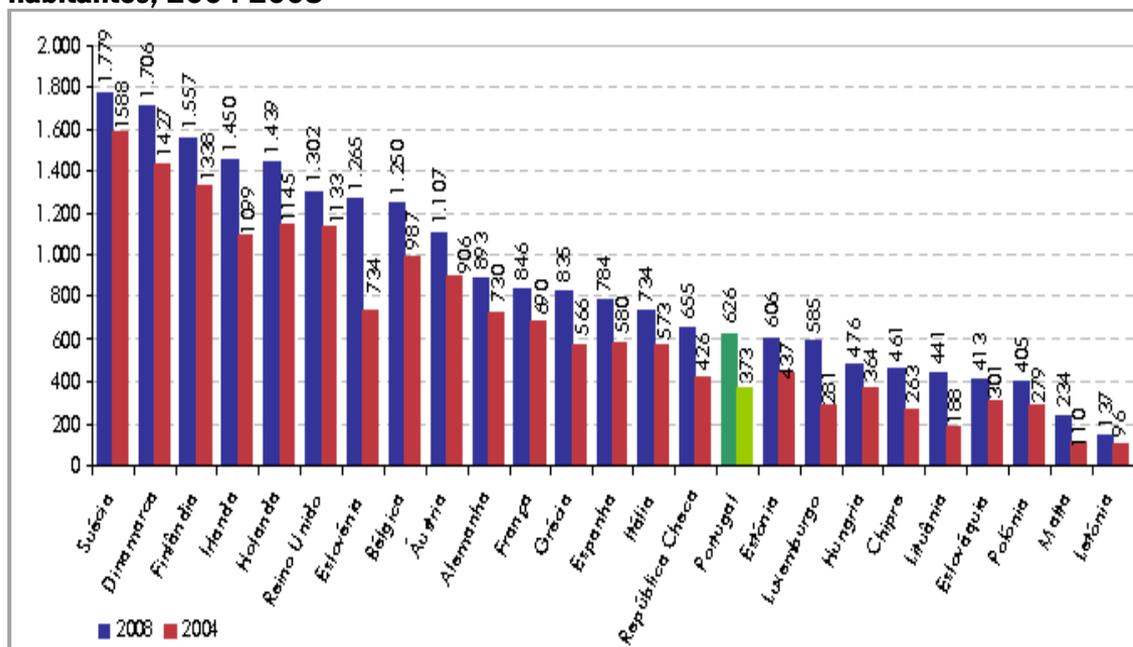
Fonte: GPEARI / MCTES - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais / Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Nota: contabilizados apenas artigos científicos, cartas, notas e revisões na área das ciências (*SCI – Science Citation Index*).

¹⁴ Plano Tecnológico, Uma estratégia de crescimento com base no Conhecimento, Tecnologia e Inovação. Disponível em www.qren.pt/download.php?id=56 [Dezembro de 2010]

Embora as taxas de crescimento sejam significativas, em termos efectivos verifica-se que o número de publicações referenciadas internacionalmente ainda se encontra muito aquém de países como Suécia, Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Holanda ou Reino Unido (Gráfico 2).

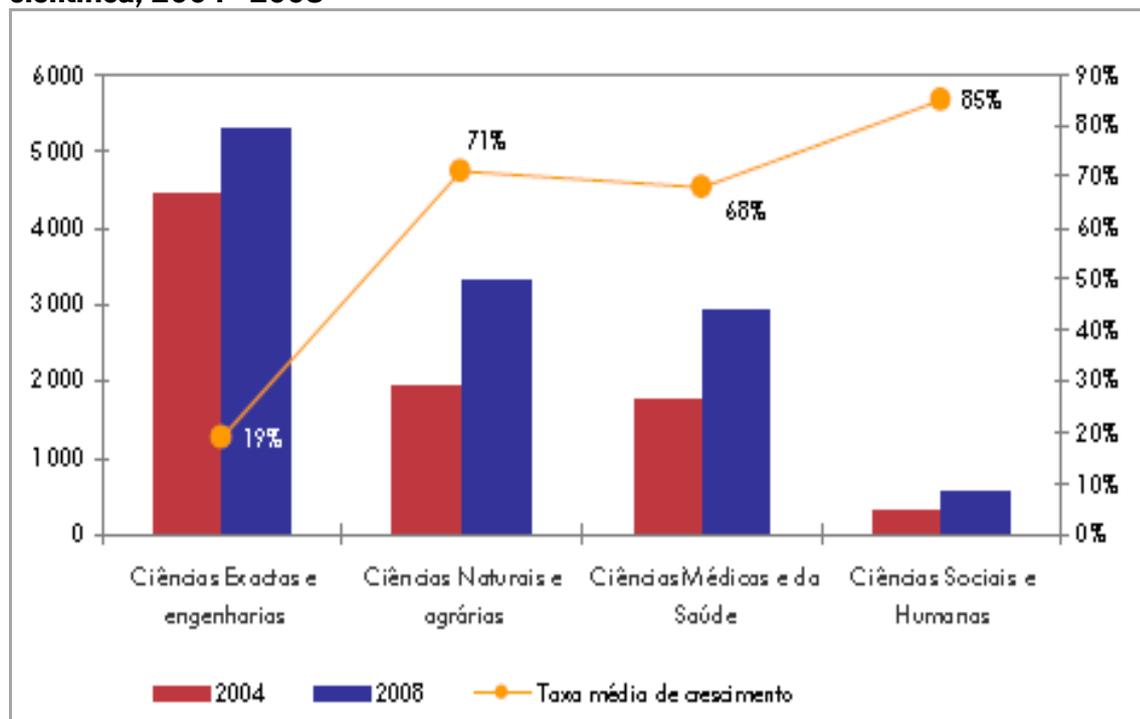
Gráfico 2 - Número de Publicações por país da União Europeia e milhão de habitantes, 2004-2008



Fonte: GPEARI / MCTES - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais / Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

O aumento acentuado da taxa de crescimento cumpriu-se em todas as áreas do conhecimento (Gráfico 3). O incremento do número de publicações é particularmente relevante nas áreas das ciências exactas e engenharias que evoluiu de cerca de 4400 para um valor aproximado de 5300 entre o ano de 2004 e 2008. É também notável um crescimento do número de publicações nas ciências naturais e agrárias, e nas ciências médicas e da saúde.

Gráfico 3 - Taxa de crescimento das publicações científicas Portuguesas por área científica, 2004 - 2008



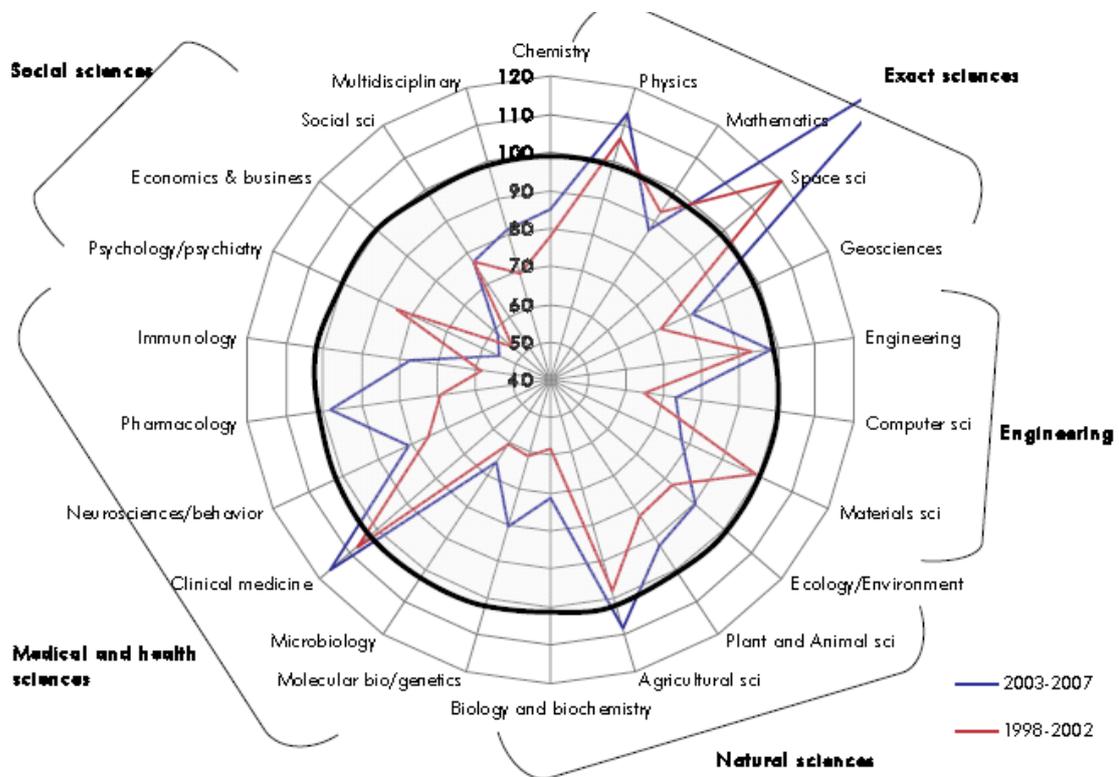
Fonte: GPEARI / MCTES - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais / Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, "Produção científica Portuguesa, 1990-2008 – séries estatísticas".

Nota: Publicações contabilizados pelo método de contagem global.

Os aumentos referidos resultam, em grande parte, do incremento sucessivo do número de investigadores, bem como das despesas em I&D, que se acentuaram no ano de 2006 (GPEARI, 2010: 6). Esta evolução está associada a um nível muito significativo de colaboração científica internacional. Entre o período de 1998 e 2007, 48% das publicações (referenciadas internacionalmente) foram publicadas em colaboração com investigadores de instituições estrangeiras, valor que se manteve constante durante esse período de tempo (GPEARI, 2010: 6).

No que respeita ao impacto da produção científica nacional, "19 das 22 áreas científicas consideradas pela base de dados *ISI Thomson Reuters* aumentaram o impacto internacional, sendo que nas áreas da física, ciências espaciais, medicina clínica e ciências agrárias, o impacto internacional da produção científica nacional é superior ao impacto médio mundial" (GPEARI, 2010: 7), como podemos perceber pela análise do Gráfico 4.

Gráfico 4 - Impacto da produção científica nacional referenciada internacionalmente por área científica em relação ao impacto médio mundial por área científica, entre 1998 - 2002 e 2003 - 2007

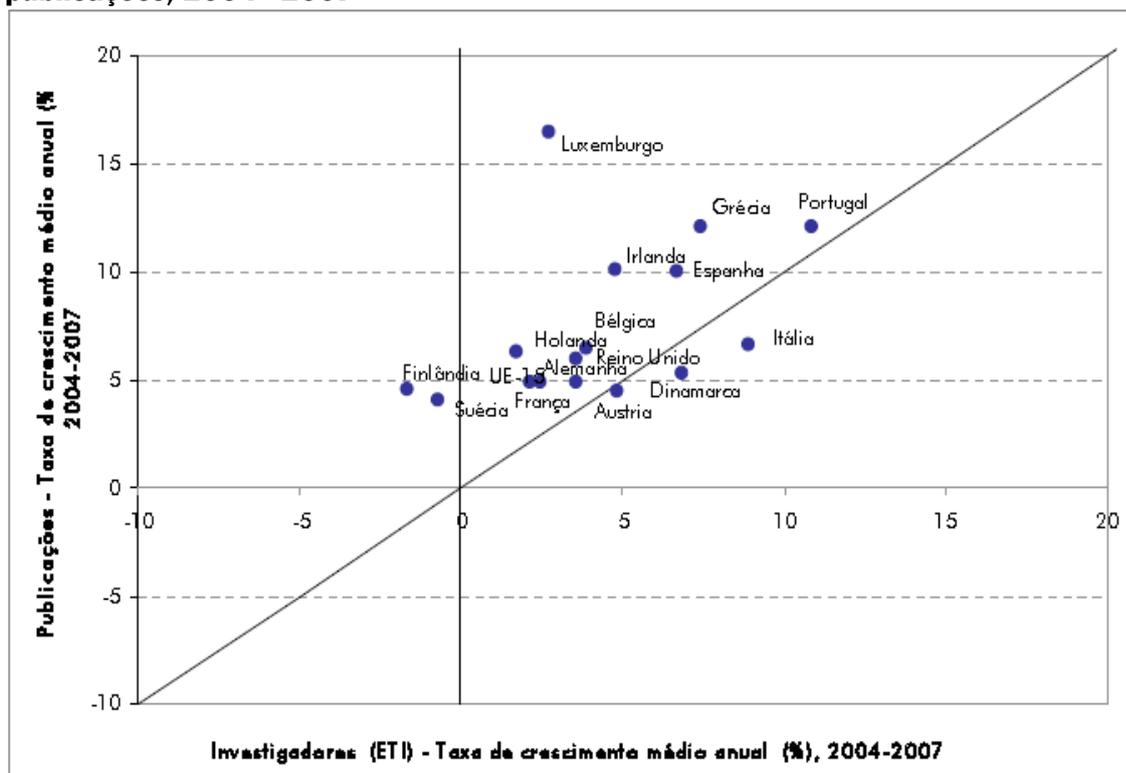


Fonte: GPEARI/MCTES - - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais / Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, “Produção Científica Portuguesa, 1981 -2008 – Indicadores Bibliométricos”

Apesar do impacto da produção científica nacional ter aumentado nos últimos anos, não abrange todas as áreas científicas, fazendo-se notar a necessidade da política científica orientar-se por princípios que garantam o apoio de todas as áreas de conhecimento (GPEARI, 2010: 7).

Segundo o relatório do GPEARI (2010), os aumentos referidos são acompanhados de um crescimento da produtividade científica e da eficácia do sistema científico, pois o “elemento fundamental da estratégia seguida para o desenvolvimento científico e tecnológico em Portugal tem sido o reforço dos recursos humanos em Ciência e Tecnologia, que soma 40.563 investigadores (quando medidos em equivalente a tempo integral, ETI) envolvidos em actividades de I&D em 2008. (...) Este crescimento do número de investigadores foi acompanhado por um crescimento da produção científica referenciada internacionalmente ainda maior (crescimento médio anual de cerca de 12%), indiciando o crescimento da produtividade científica nacional, quando esta é considerada como a relação entre o número de investigadores e a produção científica referenciada internacionalmente” (GPEARI, 2010: 8). Os aumentos referidos podem ser analisados através do Gráfico 5.

Gráfico 5 - Crescimento anual do número de investigadores (ETI) e do número de publicações, 2004 - 2007



Fontes: OECD, MSTI; GPEARI/MCTES - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais / Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

No entanto, e no sentido do que argumenta Albino (2008), “não obstante, a produção científica portuguesa ter quadruplicado nos anos de 1981-2002 segundo o índice de citações presente no *National Citation Report for Portugal* 16, Portugal continua a ter um número reduzido de publicações científicas no conjunto da U.E.15 devido a vários desafios que se colocam à investigação nas universidades portuguesas no contexto de competição académica” (Albino, 2008: 39). Segundo a autora, esses problemas prendem-se com o financiamento, uso do inglês como língua franca, elevada taxa de envelhecimento dos investigadores portugueses, acumulação de aulas e investigação causado pelo modelo de financiamento de projectos, *ranking* internacional das universidades de investigação e com a imigração de jovens investigadores para universidades estrangeiras que se encontram perante condições de trabalho mais atractivas (Albino, 2008: 39).

A mesma autora indica que “a falta ou o aumento de financiamento atribuído à investigação e ensino nas universidades, não só anula ou estimula a produção académica, como é entendida como a causa do desenvolvimento económico dos países industrializados. Deste

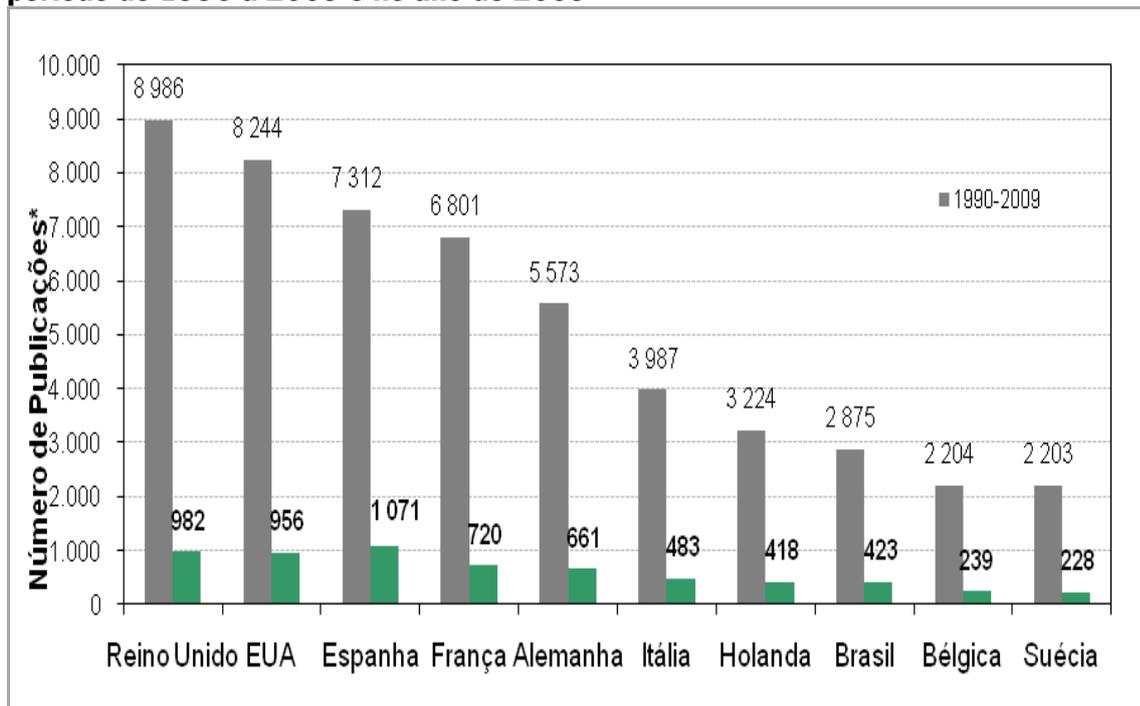
modo, o registo de patentes e a publicação de artigos científicos nas revistas da especialidade após a revisão de pares, têm sido usadas como variáveis, para medir os níveis de desenvolvimento tecnológico e científico nos países industrializados” (Albino, 2008: 34). No entanto, a análise bibliométrica, apesar de relevante, não nos fornece dados suficientes para compreender o reforço da capacidade científica e tecnológica do país. Assim, “também o número de parcerias estabelecidas entre empresas e universidades em projectos de investigação e de empreendedorismo têm sido usados, como meios para avaliar o dinamismo das instituições universitárias e os resultados qualitativos do seu ensino e investigação aplicada. Estas variáveis apresentadas, aparecem hoje como pontos-chave para a sustentabilidade futura dos centros de investigação, numa época de autonomização das universidades, como consequência dos cortes orçamentais no ensino superior” (Albino, 2008: 34).

De uma forma geral, “a comunidade científica portuguesa é jovem, fortemente internacionalizada, equilibrada entre homens e mulheres, muito produtiva e em franco crescimento” (GPEARI, 2010: 31). Mais especificamente, o relatório do GPEARI (2010) regista em 2008 aproximadamente 1.500 novos doutoramentos, o que representou um aumento de cerca de 50% face a 2003 (51% desses doutoramentos foram realizados por mulheres, uma das percentagens mais elevadas de toda a Europa).

No mesmo ano de 2008 registou-se um conjunto de alterações no sistema científico e tecnológico português: “4,5 novos doutoramentos nas áreas de ciência e engenharia em cada dez mil habitantes entre os 25 - 34 anos, tendo-se atingido a média europeia neste indicador; o número de patentes portuguesas publicadas no registo europeu aumentou de 2,3 vezes desde 2005 (86 patentes em 2008), enquanto o número de patentes registadas nos Estados Unidos da América mais que triplicou de 2005 para 2008 (27 patentes em 2008); adicionalmente, o número de patentes nacionais submetidas por universidades e centros de investigação quase que triplicou desde 2005, tendo sido submetidas 139 patentes em 2008 (foram apenas 55 em 2005)” (GPEARI, 2010: 31).

Relativamente às colaborações internacionais e relação entre os países, podemos perceber pela análise do Gráfico 6, que o Reino Unido, os Estados Unidos da América e a Espanha encontram-se entre os países que mais colaboram com Portugal.

Gráfico 6 - Produção Científica - Os 10 países que mais colaboram com Portugal no período de 1990 a 2009 e no ano de 2009



Fonte: GPEARI - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais / Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Thomson Reuters / National Citation Report for Portugal 1981-2008 (NCR); Thomson Reuters / Web of Science - WoS (Science Citation Index Expanded - SCI; Social Science Citation Index - SSCI; Arts & Humanities Citation Index - AHCI)

Em Portugal, o debate em torno da necessidade de incremento do sistema científico e tecnológico surge, essencialmente, com a integração na União Europeia, acompanhado da necessidade de perceber a *performance* do sistema nacional comparando-os com critérios/indicadores de qualidade europeus. A avaliação dos centros de investigação das universidades, como forma de situar o “localização” nacional da ciência no mundo, contribui para a (re) definição da imagem pública das universidades.

4. A internacionalização: representações e práticas

O propósito deste capítulo é pensar a internacionalização como conceito, significado e estratégia, para a integração de uma dimensão internacional em instituições de ensino superior, investigação e carreira. Tal inclui uma discussão sobre o significado, definição do termo e descrição de abordagens para introduzir esta dimensão internacional. Pretende-se também perceber porque é cada vez mais tido como central internacionalizar o sector do ensino superior, fazendo-se necessária uma análise das percepções dos actores envolvidos neste fenómeno. Deste modo, vamos tentar responder a três questões fulcrais para o entendimento desta problemática: “o que é a internacionalização?”, “para quê internacionalizar?” e “como internacionalizar?”.

4.1. Representações sobre a internacionalização

O termo “internacionalização” está a ser cada vez mais utilizado (Knight, 1999; Qiang, 2003). Como se disse, esta popularização deve-se, em grande parte, ao crescente interesse na dimensão internacional do ensino e da investigação e a uma aceitação generalizada do contributo que esta dimensão poderá trazer para o desempenho organizacional e individual.

A sua utilização generalizada leva a que, como vimos ao longo da exposição teórica, haja uma grande diversidade de interpretações e significados atribuídos. Apesar desta diversidade, ela é frequentemente relacionada com um conjunto de outros termos, os quais: “globalização”, “transnacionalização”, “contacto”, “troca”, “partilha” “cooperação”, “conhecimento”, “desenvolvimento”, “qualidade”, “reconhecimento”, *etc.*

Para o entendimento da internacionalização, procuramos abarcar neste trabalho o conceito de representação social e, assim, atender ao carácter categórico, simbólico e performativo deste fenómeno, não desprezando os processos subjectivos e cognitivos que lhe está associado. As representações são construções resultantes da percepção do indivíduo a respeito da realidade condicionada pelo seu contexto social (Durkheim, 1996; 1998; Moscovici, 1984). O conceito de representação social proposto por Moscovici (1984) é particularmente interessante para nós, pois permite verificar que a internacionalização também se oferece hoje

como um conjunto articulado de “conceitos, proposições e explicações criados na vida quotidiana no decurso da comunicação interindividual” (Moscovici, 1984: 181).

4.1.1. Definição da internacionalização

Com base nos inquéritos realizados, de facto é possível perceber que este conceito remete-nos frequentemente para o contacto e interacção entre países, como podemos observar pelas citações seguintes:

A) “Abrir a janela e deixar o ar entrar! Significa, contactar, partilhar e colaborar em programas académicos e de investigação com investigadores, professores, internacionais. Abrir portas a alunos internacionais” (Q2, Vice-reitora).

B) “A internacionalização é, sem qualquer dúvida, uma peça-chave no ensino superior e na investigação em Portugal. Ela deve ser entendida como o conjunto de procedimentos (de ensino, de investigação, de publicação e de administração) que permitem o estabelecimento de laços entre instituições de países diferentes. Estes laços podem desenvolver-se através de procedimentos *ad hoc* (pronunciar uma conferência; convidar um especialista estrangeiro), mas não deve se ater a eles, e almejar ao estabelecimento de redes de cooperação com uma expressão institucional que permita o seu fortalecimento e a sua continuidade (e transformação) no tempo” (Q8, Pró-reitora).

O conceito de internacionalização é particularmente orientado para a cooperação académica. Como o próprio termo indicia, cooperação significa "co-operar", isto é, operar em conjunto, trabalhar conjuntamente com outros (Stallivieri, 2007: 14). A importância da cooperação académica internacional reflecte-se na sustentabilidade das instituições de ensino e investigação que, por sua vez, encontra-se relacionada com as características das universidades actuais e do carácter universal do conhecimento. Esta universalidade intensifica-se com a criação de laços entre instituições e indivíduos formando redes de conhecimento global. Segundo Stallivieri (2007), as redes de cooperação criadas aproximam as comunidades científicas mundiais, reforçando a princípio de que é no seio da universidade que ocorrem os grandes avanços científicos e tecnológicos e contribuindo para uma efectiva integração dos povos, respeitando-se as diferenças e as especificidades de cada nação (Stallivieri, 2007:1). A mesma autora argumenta ainda que “o conceito de cooperação tem como um de seus primeiros

pressupostos a ideia de alteridade, isto é: o respeito de um estado pela existência de outros estados, cujos objectivos podem e devem ser traçados por eles próprios” (Stallivieri, 2007: 14).

As formas de internacionalização variam conforme o foco é voltado para o ensino ou para a investigação. Embora uma não exclua a outra, elas apresentam estratégias específicas e diferenciadas entre si, tal como retratam alguns inquiridos:

A) “Em síntese, considero «internacionalização» a interacção com agentes exteriores ao nosso espaço nacional. No âmbito da internacionalização do ensino superior e da investigação, entendo que a «internacionalização» ganha contornos específicos para o componente ensino e para o componente investigação. Em termos da internacionalização do ensino, esta assumirá como componentes a troca de estudantes e professores, nomeadamente a recepção de estudantes e professores estrangeiros e o envio de estudantes e professores para o estrangeiro. Em termos da internacionalização da investigação, esta assumirá como componentes o estabelecimento de equipas de investigação com elementos de diversas nacionalidades, com eventual troca temporária de investigadores entre países” (Q1, Vice-reitor).

B) “Internacionalização é o exercício e a divulgação das actividades de uma instituição com impacto noutros países e com o envolvimento de pessoas e instituições de outros países. Ambas as orientações *ad extra* (exemplos: presença de investigadores em encontros científicos ou projectos sedeados no estrangeiro; publicações dos investigadores em revistas estrangeiras) e *ad intra* (exemplos: presença de investigadores estrangeiros em encontros científicos ou projectos sedeados na instituição; publicações dos investigadores estrangeiros em revistas da instituição) de certas actividades são expressão de internacionalização” (Q23, Director de Centro de Investigação, Artes e Humanidades).

Nestes excertos, como na grande maioria das respostas dos inquiridos, a definição de internacionalização é tendencialmente orientada para uma abordagem centrada nas actividades, o que confirma uma das premissas avançadas. Este conceito é construído pelos entrevistados, de uma forma geral, como um atributo com conotação fortemente positiva, surgindo frequentemente ligado à qualidade, reconhecimento e tido como cada vez mais necessário (Van der Wende, 1999). Parte da sua centralidade assenta no princípio de que se “os cientistas, estando interessados no progresso do conhecimento, procuram, simultaneamente, obter por parte da instituição reconhecimento científico pelos seus contributos” (Ávila, 1997: 10). É relativa a um reconhecimento essencialmente simbólico. A respeito do reconhecimento Merton

(1977) sustenta que “los derechos de propiedad en la ciencia se reducen exactamente a esto: al reconocimiento por otros de la parte que le corresponde al científico en el resultado alcanzado” (Merton, 1977: 387).

As abordagens sobre a internacionalização são, muitas vezes, sustentadas em discursos políticos que reforçam a tese de este ser o meio para melhorar qualidade e não um fim em si mesmo. O próprio Tratado de Maastricht (1992), que forneceu a base para esta acção, reflectiu o objectivo de melhorar a qualidade de educação através da cooperação entre os Estados-membros da União Europeia (Van der Wende, 1999: 225). Na realidade, verificamos ao longo do levantamento teórico que as abordagens sobre a internacionalização do ensino superior surgem com frequência intimamente relacionadas com a importância conferida à qualidade (Van der Wende, 1999: 225), sem muitas vezes se perceber de forma clara qual a melhoria efectiva que trás para as instituições de ensino e investigação, ou mesmo para as nações.

É neste sentido que um número relevante de inquiridos encara a definição de internacionalização orientada para um processo contínuo de implementação de qualidade nas universidades e unidades de investigação, considerando-as como instituições que lutam pelo reconhecimento numa escala global. Os excertos seguintes mostram, justamente, esta ideia.

A) “Formatar programação interna e aferir a *performance* científica e pedagógica numa lógica competitiva global” (Q3, Vice-reitora).

B) “Não queria definir, mas posso dizer três componentes: ter critérios de qualidade internacionais, publicar e interagir internacionalmente, ter colaborações internacionais” (Q4, Pró-reitor).

C) “Capacidade que uma instituição apresenta de promover a mobilidade de pessoas e ideias, de dentro para fora e de fora para dentro, criando dessa forma melhores condições para produzir mais e melhor ciência” (Q5, Vice-reitor).

D) “Defino a internacionalização (que interessa) como o processo através do qual as instituições do ensino superior e da investigação de um país se orientam por objectivos semelhantes aos das melhores instituições dos outros países e trabalham em colaboração com elas” (Q12, Director de Centro de Investigação, Ciências da Engenharia e Tecnologia).

E) “Colaboração com outros grupos e disseminação da informação (publicação com *peer review*) em países diferentes de Portugal e com nível mais avançado na respectiva área científica” (Q17, Director de Centro de Investigação, Ciências da Saúde).

F) “Capacidade de realizar *networking* e de influenciar a formulação de problemas de investigação. O que se resume ao reconhecimento internacional (na perspectiva da investigação)” (Q18, Director de Centro de Investigação, Ciências da Engenharia e Tecnologia).

O reconhecimento, explícita e implicitamente, relatado pelos inquiridos assume-se como factor de elevada centralidade, sobretudo se considerado como um sistema de recompensa. Aliás, este pode ser definido “como um subconjunto de um sistema de avaliação de desempenho dos cientistas, entendido como um conjunto de processos e acções concretas de avaliação do desempenho dos cientistas, o qual devera recompensar aqueles que se ajustam verdadeiramente às normas de instituição” (Ávila, 1997: 10).

É interessante verificar, igualmente, que, para além destas definições serem orientadas para actividades, estas também são orientadas para práticas “que interessam”, isto é, a internacionalização é orientada no sentido “dos melhores”, o que faz com que esta se situe numa “lógica competitiva global” e desigual. Lembremos, a respeito da desigualdade na distribuição mundial do conhecimento, que Santos (2007) argumenta o seguinte: “o conhecimento científico não se encontra distribuído socialmente de forma equitativa — nem poderia estar, uma vez que o seu desígnio original foi converter este lado da linha em sujeito do conhecimento e o outro lado em objecto de conhecimento. As intervenções no mundo real por ele propiciadas tendem a servir aos grupos sociais que têm maior acesso a esse conhecimento” (Santos, 2007: 87).

A definição de internacionalização, no sentido da informação recolhida no campo, é orientada para práticas institucionalizadas e enraizadas que permitem a localização num mundo considerado como o mais global (tendo em conta as actuais características da ciência actual), através do reconhecimento. A segunda discussão das representações a considerar é a sua importância.

4.1.2. Importância atribuída à internacionalização

O mundo tem assistido a um acelerado processo de internacionalização, especialmente nas últimas décadas, decorrente, em parte, do acelerado desenvolvimento científico e tecnológico, o que leva as universidades a tomarem um conjunto de acções para se adaptarem e sobreviverem a este novo panorama. Ou seja, “é necessário internacionalizar para poder competir em níveis de igualdade com as melhores instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras” (Stallivieri, 2007: 3). Esta necessidade leva a que haja, por parte destas instituições, acções no sentido de se afirmarem no espaço internacional da ciência (Stallivieri, 2007: 3).

Ao longo da exposição teórica foi abordado o carácter performativo do conceito de internacionalização, muitas vezes plasmado na afirmação de que “quanto mais internacional for uma instituição ou uma carreira, melhor”. Perante esta afirmação os inquiridos mostraram uma relativa diversidade nas suas respostas, e apesar de uma maioria concordar com a afirmação (Quadro 5), ela é considerada demasiadamente restritiva e/ou conotativa.

Quadro 5 - Importância atribuída à internacionalização

	Identificação do Questionário		Observações
Concordância	+	Q2 Q3 Q7 Q8 Q10 Q11 Q13 Q17 Q20 Q22	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer culturas e partilhar conhecimento; • Experiência e conhecimento adquiridos; • Reconhecimento e melhoria contínua;
	-	Q1 Q4 Q5 Q9 Q12 Q19 Q21 Q23	<ul style="list-style-type: none"> • Afirmação demasiado taxativa; • Desde que seja com parceiros de qualidade; • Apenas se trouxer reforço da excelência; • Especificidades nacionais;
Discordância	-	Q14 Q16 Q18	<ul style="list-style-type: none"> • Há necessidades de contexto; • Caso a afirmação seja tomada em absoluto; • Deve ser adequado ao mercado alvo;
	+	Q6 Q15	<ul style="list-style-type: none"> • A internacionalização não é objectivo em si.

Fonte: Inquéritos por questionário (N=23)

Como se pode perceber pelo Quadro 5, existe uma elevada concordância quanto à afirmação “quanto mais internacional for uma instituição ou uma carreira, melhor”. Esta ideia de que a internacionalização é necessária e trará apenas benefícios encontra-se ligada ao princípio de uma sociedade da informação e do conhecimento e de uma ciência de carácter universal.

A) “Concordo em absoluto. Quanto mais conhecermos e partilharmos conhecimento, mais enriquecemos e alargamos os nossos horizontes” (Q2, Vice-reitora).

B) “Concordo, pois abre horizontes e oportunidades, coloca desafios alavancadores, fornece complementaridades de recursos...” (Q13, Director de Centro de Investigação, Ciências Naturais).

C) “Sim. Particularmente perante a realidade actual que é «global»” (Q17, Director de Centro de Investigação, Ciências da Saúde).

D) “Concordo, medindo o valor de internacionalização pelo conhecimento adquirido através das múltiplas experiências, boas e más, partilhadas com pessoas e entidades de outros países. O exemplo dos outros contribui para a nossa capacidade de tomar melhores decisões” (Q7, Reitor).

E) “Sim, pois a troca de experiências com investigadores cuja realidade é diferente da portuguesa é fundamental para o desenvolvimento da ciência, pois contribui para o *building up of knowledge* (Q22, Director de Centro de Investigação, Ciências Sociais).

F) “Sim. Isto significa que o trabalho é reconhecido” (Q11, Director de Centro de Investigação, Ciências Exactas).

G) “Em geral concordo, desde que a internacionalização seja feita com parceiros de qualidade e não o contrário” (Q4, Pró-reitor).

H) “Ligações internacionais facilitam o *upgrade* de conhecimentos e visibilidade internacional” (Q20, Director de Centro de Investigação, Ciências Naturais).

A emergência de fenómenos como a globalização, a rápida inovação científica e tecnológica e a sociedade da informação e do conhecimento impulsionam esta abertura ao mundo e a necessidade de contacto/cooperação. Tal como foi dito, a Universidade, como produtora de conhecimento, depara-se com um conjunto de desafios de adaptação a um mundo em rápida e constante mudança, equiparando-se a uma empresa que gere os seus recursos humanos, materiais e simbólicos. Como tal, os sistemas educativos acabam por ser confrontados com o fenómeno de “mercantilização” ou “mercadorização” do Ensino Superior (Santos, 2008), ou seja, a perda do seu princípio social e a sua submissão às vontades do mercado.

A escolha de um grau intermédio de concordância/discordância, com a frase “quanto mais internacional for uma instituição ou uma carreira, melhor”, prende-se com a ideia de que tal afirmação possa parecer demasiado rígida. Apesar das suas posições intermédias, os

inquiridos mantêm a mesma concordância no que respeita à sua necessidade, considerando-se sempre os benefícios trazidos para as instituições, para as carreiras e para o país.

A) “Não concordo (valor absoluto), embora tendencialmente tal possa acontecer (valor relativo). A avaliação do perfil de internacionalização de uma instituição ou de uma qualquer carreira não pode ser dissociada de outras métricas que nos permitirão aferir se o processo de internacionalização constituiu efectivamente uma mais-valia” (Q5, Vice-reitor).

B) “A afirmação feita deste modo corre o risco de um certo simplismo. O processo de internacionalização é complexo e multifacetado. Envolve participação em redes de centros de investigação e de ensino superior, associações de universidades, intercâmbio de estudantes, professores e funcionários, recrutamento de professores e estudantes internacionais, doutoramentos em co-tutela e diplomas conjuntos, parceria em projectos internacionais de investigação. Em cada uma destas dimensões e campos de internacionalização esta só ganha sentido se se traduzir num reforço da excelência do ensino e da investigação produzidos” (Q9, Vice-reitor).

C) “Não concordo totalmente porque considero que há situações específicas de um país relativamente aos quais as instituições do ensino superior e da investigação não se devem alhear” (Q12, Director de Centro de Investigação, Ciências da Engenharia e Tecnologia).

D) “Não, se tomarmos a afirmação em absoluto. Depende dos resultados da internacionalização. O que se poderá dizer é que aumentam as probabilidades de qualidade” (Q16, Director de Centro de Investigação, Ciências da Engenharia e Tecnologia)

E) “Sim na medida em que a internacionalização é um espaço, também, de abertura ao mundo e às ideias e, portanto, de oportunidade. Não, na medida em que há necessidades de contexto e culturais que não necessitam de afirmação internacional. Contudo, sem ela, a expressão global e reconhecimento são impossíveis” (Q14, Director de Centro de Investigação, Ciências da Saúde).

F) “A questão não me parece poder pôr-se em termos de ser ou não internacional em *stricto sensu*, mas sim no facto de ser largamente através da internacionalização que podemos obter uma avaliação pelos nossos pares, com base em *standards* de qualidade internacionais, normalmente mais elevados que os nacionais. O que acontece numa comunidade pequena como a portuguesa é que, frequentemente, perdemos a capacidade de crítica entre nós, até pela proximidade entre investigadores, e acabamos por fazer o elogio fácil, acrítico, sem ter em conta os padrões de investigação na nossa área fora de Portugal” (Q19, Directora de Centro de Investigação, Artes e Humanidades).

G) “Relativamente. A maior internacionalização, só por si, não garante maior qualidade; porém, é um factor que, bem explorado, permite maior qualidade do trabalho que se faça” (Q23, Director de Centro de Investigação, Artes e Humanidades).

Estas afirmações destacam implicitamente a necessidade de encarar a internacionalização não como um objectivo em si mesmo, mas como o meio para adquirir benefício para as instituições/carreiras, ou seja, atingir a excelência e uma posição no mundo científico. A afirmação seguinte pertence a um vice-reitor, que discorda da afirmação pelos mesmos motivos:

A) “Não. A internacionalização não é um objectivo em si e deve ser subordinada aos objectivos estratégicos da instituição. Pode-se fazer internacionalização que seja completamente irrelevante ou até prejudicial para o futuro da instituição. Não faltam exemplos” (Q 6, Vice-reitor).

Os inquiridos realçam, ainda, a necessidade de interpretar a internacionalização como o meio para atingir a qualidade, a eficácia, a circulação e a disseminação do conhecimento produzido e, deste modo, o reconhecimento no meio académico, passando a ser o objectivo comum a todas as comunidades científicas mundiais.

Para além do reconhecimento, a sua importância advém da integração e cooperação à escala global, contribuindo para o fortalecimento de laços. Portanto, “o papel das universidades passa a ser fundamental, pois a elas cabe a tarefa de serem protagonistas da cooperação internacional e promotoras do processo de integração” (Stallivieri, 2007: 17). Nesta perspectiva, a integração e a cooperação são entendidas do ponto de vista de uma diminuição das barreiras entre nações e povos, para alcançar, em conjunto, estados de desenvolvimento científico, tecnológico, social e cultural (Stallivieri, 2007: 18). De certa forma, modifica-se a concepção da

universidade que deixa de ser entendida apenas como produtora e socializadora de conhecimento, passando a ser impulsionadora de desenvolvimento e de manutenção da paz e da cooperação entre as nações. A sua acção implica, assim, “preparar cidadãos do futuro para um mundo interligado e interdependente (...) respeito pela diversidade cultural, promovendo, acima de todos os conceitos, o entendimento e o respeito pela multiplicidade de valores e a tolerância entre os povos” (Stallivieri, 2007: 3). Desde a entrada de Portugal na União Europeia, a universidade abriu-se ao exterior, “abrindo a ciência nacional à ciência global e transferindo a ciência global para iniciativas de desenvolvimento regional” (Albino, 2008: 36).

4.1.3. Promoção da internacionalização

Foram apontados ao longo deste trabalho factores externos que têm vindo a promover a internacionalização das universidades, das carreiras dos investigadores e do próprio trabalho científico. Factores esses que, como indica Albino (2008: 116), são: (1) a crescente dependência dos Estados-nação numa Sociedade da Informação e do Conhecimento e a conseqüente criação de redes de cooperação; (2) a mundialização da ciência e a formação de projectos globais que emergem, em boa parte, da criação de organizações multilaterais e da associação de países em projectos conjuntos¹⁵; (3) a mobilidade de recursos humanos da ciência e tecnologia (investigadores, docentes e discentes), resultado de programas bilaterais e multilaterais de intercâmbio, que, por sua vez, são decorrentes das políticas de desenvolvimento, no espaço europeu e na esfera mundial; (4) o advento de um conceito de mercado na educação superior e na investigação, que levou à formação de nichos de mercado em torno da produção científica; (5) a avaliação externa das universidades que se traduzem em *rankings* que as posicionam no sistema-mundial da ciência; (6) e, em consequência do factor anterior, a importância que é actualmente atribuída ao prestígio das universidades, ao seu posicionamento no mundo e, portanto, à sua eficiência, qualidade, excelência e reconhecimento (Albino, 2008: 116).

A internacionalização surge como produto desta nova dinâmica mundial que configura novas formas de trabalho científico. Aliás, a “transnacionalização é, sem dúvida, um dos processos que melhor definem a especificidade das actividades e profissões associadas à ciência e à tecnologia” (Nunes e Gonçalves, 2001: 15). O crescente aumento da cooperação, em particular de co-autorias com estrangeiros, é exemplo dessa nova configuração. Os sistemas

¹⁵ Como exemplo, o projecto científico desenvolvido pelo CERN (Albino, 2008: 116).

científicos são compelidos pelas leis do mercado, que os empurram para a implementação de modelos de gestão com regras ou políticas tripartidas: políticas europeias, políticas nacionais e políticas organizacionais ou locais. Os excertos que transcrevemos a seguir preconizam, justamente, este condicionamento dos espaços de transacção internacional sobre as universidades portuguesas:

A) “Não sei qual será a «melhor forma» de promover a internacionalização na investigação e no ensino. Consigo somente apresentar alguns princípios que poderiam fomentar esta internacionalização. A internacionalização depende da informação necessária, da facilidade processual e da sustentabilidade financeira do processo. Sobre a disponibilização de informação, as oportunidades de estudar, ensinar e investigar em Portugal poderiam ser divulgadas no estrangeiro, de forma a atrair participantes internacionais, podendo também ser divulgados às instituições de ensino e de investigação nacionais os estrangeiros interessados em colaborar com instituições nacionais. Sobre a facilidade processual, recomendaria que se estudasse os processos de candidatura e de admissão ou de contratação de estrangeiros, de forma a expedir processos menos práticos, assegurando uma facilidade processual adequada. Em termos de sustentabilidade financeira, recomendo a ponderação do esforço financeiro que a internacionalização envolve, e a consciencialização que pode ser difícil conseguir um bom nível de internacionalização se esta não for subsidiada. Por outro lado, as condições financeiras do país parecem não permitir a distribuição de subsídios” (Q1, Vice-reitor).

B) “Facilitar e recompensar: facilitar significa disponibilizar recursos específicos para a actividade de internacionalização (e existem muito recursos disponibilizados para esse efeito pela E.U. e outras entidades) segundo critérios estratégicos; recompensar significa que a obtenção de resultados a nível de internacionalização deve ter consequências positivas e palpáveis para os agentes que os promoveram” (Q6, Vice-reitor).

A ênfase dada às condições para a promoção da internacionalização e facilitação dessa promoção aparece correlacionada com a necessidade de aumento dos padrões de qualidade e o reforço da “cultura” móvel dos trabalhadores em ciência. Para os inquiridos, uma das formas de promoção da internacionalização é através do estímulo aos contactos entre instituições, investigadores e alunos:

A) “A mobilidade de alunos, corpo docente e investigadores é, sem dúvida, uma forma de enriquecer a vivência universitária e de promover o respeito recíproco, independentemente das diferenças sociais, culturais e financeiras que existam a nível individual ou colectivo. Aliás, um dos objectivos que está na base do Programa Erasmus é promover o conhecimento mútuo, como forma de contribuir para a paz entre as nações. A internacionalização deve ser estimulada por todas as formas possíveis: tirando o máximo partido dos programas existentes; associando alunos a projectos internacionais que lhes proporcionem, quanto mais não seja, o contacto com investigadores estrangeiros que podem ter abordagens e soluções diferentes para problemas recorrentes da actividade de investigação; estimulando doutoramentos em co-tutela com universidades estrangeiras do maior número possível de países; procurando estabelecer programas de cooperação com universidades de renome internacional, cujo reconhecimento da nossa capacidade e qualidade servirá de referência internacional” (Q7, Reitor).

B) “O estabelecimento de relações profissionais pessoalizadas, base de qualquer outro tipo de cooperação. A existência de redes internacionais firmadas no terreno, capazes de oferecer apoio mútuo e de compensar eventuais fragilidades específicas. A aposta institucional forte em mecanismos e procedimentos capazes de promover e facilitar a internacionalização (Gabinetes de Tradução; Gabinetes de apoio à promoção de candidaturas a nível internacional, em especial europeu, constituído por pessoas com formação na área, por exemplo)” (Q8, Pró-reitor).

É importante notar que da análise dos inquéritos aplicados aos actores institucionais, é mais recorrente verificar políticas de promoção da internacionalização orientadas para factores individuais ou de carreira, do que propriamente de políticas mais macroestruturais, isto é, orientadas para as universidades e países. Os excertos que mostramos a seguir dão conta de algumas políticas de promoção da internacionalização orientadas para a carreira e para a visibilidade dos centros de investigação:

A) “Disseminar os resultados da investigação nacional em jornais internacionais e encontrar parceiros com interesses comuns em reuniões científicas internacionais e comunicação entre universidades e organizações a trabalhar em áreas semelhantes” (Q10, Director de Centro de Investigação, Ciências da Saúde).

B) “Projectos conjuntos, publicações conjuntas, orientações conjuntas, estadias, organização e direcção conjunta de eventos” (Q16, Director de Centro de Investigação, Ciências da Engenharia e Tecnologia).

C) “Publicar internacionalmente (em língua inglesa, claro), fazer apresentações nas melhores conferências internacionais, tentar estabelecer parcerias internacionais” (Q4, Pró-reitor).

D) “A atenção à ocorrência de eventos em contextos estrangeiros com o fim de seleccionarmos os que nos interessam e aí apresentarmos comunicações, ou estudos em revistas de especialidade, levam frequentemente a contactos frutíferos com outros estudiosos. Na apresentação de comunicações e de artigos ou capítulos de livros, é necessário escolher com cuidado o nível de exigência da plataforma em que nos colocamos, para não estarmos a perder tempo trabalhando inserindo-nos num contexto que não traga novidades à ciência que praticamos ou que não se distinga pelo rigor e pela adequação aos objectivos” (Q21, Directora de Centro de Investigação, Ciências Sociais).

Observa-se ainda a importância a conferir aos programas no âmbito das políticas da União Europeia, que se apresentam como alavancas para o incremento da internacionalização:

A) “Participação em programas tais como Erasmus Mundus e Marie Curie, em redes formais ou informais” (Q13, Director de Centro de Investigação, Ciências Naturais).

B) “No ensino, penso que será através dos programas de intercâmbio escolar já existentes. Na investigação parece-me que essa promoção deve ser feita logo nas fases iniciais da carreira de investigação, nomeadamente durante os doutoramentos e pós-doutoramentos (i) promovendo-se a ida de doutorandos e jovens doutorados para períodos de estágio/aprendizagem em universidades fora de Portugal; (ii) desenvolvendo-se o hábito de apresentação da investigação perante colegas estrangeiros em conferências internacionais; (iii) encorajando-se, mesmo perante as dificuldades que sempre se antecipam e o desconforto de alguns insucessos, a publicação em revistas estrangeiras com sistema de *peer-reviewing*” (Q19, Director de Centro Investigação, Artes e Humanidades).

As políticas de cooperação com o exterior e as publicações internacionais afiguram-se, segundo os inquéritos realizados, determinantes para as carreiras. São entendidas como modos ideias para atingir os níveis de internacionalização desejados, que permitirão obter um posicionamento favorável no sistema mundial da ciência. Tal como apontam os autores Nunes e Gonçalves (2001):

“A emergência de entidades supranacionais como a União Europeia veio conferir uma acrescida visibilidade às modalidades de internacionalização e de articulação entre as escalas local, nacional e transnacional nesse domínio, e criar para elas um quadro institucional que tornou possível uma relativa estabilização de alguma dessas articulações. É na intersecção entre estas duas ordens de relações – entre mundos sociais e entre escalas - que se define a condição central, periférica ou semiperiférica do contexto em que se «faz ciência»” (Nunes e Gonçalves, 2001: 15).

Esta intersecção entre centro e periferia (Santos, 1985) permite perceber que a internacionalização é construída como representativa de um “contexto” tendencialmente orientado para os países de centro, tidos como os pólos de concentração da “qualidade”. As seguintes expressões, a respeito da promoção da internacionalização, reflectem essa representação:

A) “Aumentar a qualidade do que fazemos” (Q5, Vice-reitor).

B) “Publicação científica nas melhores revistas da especialidade internacionais” (Q17, Director de Centro de Investigação, Ciências da Saúde).

Da análise verificou-se, igualmente, que tanto na definição de internacionalização como nas formas de promoção da internacionalização, os inquiridos tendem a dar destaque a uma abordagem à internacionalização orientada para as actividades, se seguirmos a classificação desenvolvida por Knight (1999: 15).

4.2. Práticas: internacionalização, acesso a recursos e mobilidade

Encontramos bastante diversidade de estratégias de internacionalização que, em boa parte, se deve ao grau de facilidade no acesso a recursos e às representações da internacionalização por parte dos actores envolvidos e enraizadas nas culturas das respectivas áreas científicas. Até agora temos vindo a explorar a ideia segundo a qual a internacionalização acaba por ser entendida e perspectivada, no contexto dos centros de investigação e instituições

do ensino superior, como um fim em si mesma, do que como um processo de real desenvolvimento da ciência e da investigação.

Pretende-se, agora, abordar as práticas de internacionalização mais frequentes e isso leva-nos, obrigatoriamente, a discutir a mobilidade. O aumento da mobilidade científica observado corresponde, em larga medida, a uma tendência mundial de transnacionalização da ciência (Albino, 2008: 117). O nível abertura ao exterior surge, sobretudo, da criação de uma nova dinâmica no espaço europeu, sobre a égide do espaço *Schengen* (Albino, 2008: 117), reflectindo-se não só num aumento da mobilidade de trabalhadores, mas também no acesso a recursos e conhecimento.

Este processo de abertura do mundo científico “não se deu apenas devido à política transfronteiriça da U.E e ao incentivo dos programas de intercâmbio e investigação académica, mas, principalmente, pela contratualização temporária de trabalhadores altamente especializados nas universidades” (Albino, 2008: 117). Albino (2008) argumenta que a “desvinculação de parte dos cientistas às universidades, é decorrente do processo de competição universitária pelos melhores recursos humanos e de avaliação da produção científica, como base do financiamento, mas também devido à dependência das universidades públicas de ensino orientadas para a investigação (...) de bolsas de investigação” (Albino, 2008: 117).

As colaborações internacionais e as políticas de incentivo à cooperação internacional, através da mobilidade e da circulação e disseminação de conhecimento, são indicadores do nível de internacionalização das instituições de ensino e investigação. Esta cooperação pode ser analisada sobre o ponto de vista das colaborações formais e informais entre universidades e centros de investigação. Segundo alguns autores “a internacionalização faz parte integrante do trabalho científico produzido, com investigadores de diferentes países em contacto mais frequente, e não apenas por ocasião de encontros ocasionais” (Pereira, 2001: 145). Adicionalmente, as relações informais, implicam o contacto, troca ou utilização de dados, informação e conhecimento de países diversos sem um vínculo contratual formalizado.

Verificamos, também, através das entrevistas aos directores de centro de investigação, que a internacionalização, como actividade de contacto entre instituições, estrutura-se de forma diferenciada segundo o tipo de colaborações, o que também leva a que a sua materialização se efective diferenciadamente. Tal diferenciação acontece, sobretudo, atendendo ao facto de que “a heterogeneidade da ciência significa que o conhecimento científico não pode ser considerado

como informação facilmente transmissível. O seu conteúdo tácito e material requer a sua ligação a uma série de outros elementos, técnicas e práticas, que garantem o alinhamento entre diferentes locais. As colaborações internacionais proporcionam, e evidenciam, modos de articulação entre o local e o global e o acesso a uma diversidade existente para além das fronteiras do laboratório e dos sistemas nacionais de investigação” (Pereira, 2002: 166).

Talvez a diferença mais evidente ocorra entre as áreas disciplinares – os directores de centro que entrevistamos vincam que o tipo de conhecimento que circula nas ciências da Engenharia e Tecnologia diferencia-se do das Ciências Sociais e Humanas e isso afecta as estratégias de *networking* e de internacionalização.

Para a maioria dos casos presentemente analisados, é de notar que a internacionalização não se justifica pela necessidade de acesso a equipamentos, tendo em conta a actual estrutura científica nacional (exceptuando-se casos de equipamentos técnicos menos comuns). Assim, o principal objectivo das colaborações internacionais consiste na procura de contactos e na troca de conhecimentos entre centros de investigação situados em países distintos. Os directores de centro que entrevistámos, a respeito da necessidade ou utilidade das colaborações internacionais, vincam a importância dada aos contactos como o exterior:

A) “Por isso, [para acesso a] equipamentos, a não ser em algumas áreas de computação paralela que se queiram fazer grandes simulações *etc.*, não é assim um peso muito grande. Neste momento também já não estamos isolados, ou seja, não fazemos isso para estar isolados. Nós vamos regularmente a conferências - agora eu próprio estou a organizar uma conferência internacional em Lisboa em Setembro - organizamos e vamos a conferências, temos contactos regulares com estrangeiros, enfim, com investigadores nas nossas áreas, nomeadamente nessas conferências a que vamos, por isso não há nenhuma necessidade de usar uma política específica para isso. Agora, o normal será isto. O normal é sermos um centro internacional, com pessoas internacionais e localizadas cá, obviamente com um foco português, mas cada vez mais somos Europa” (E9, Ciências da Engenharia e Tecnologia).

B) “Em primeiro lugar, inserção em projectos que sejam projectos internacionais, porque nos permite ter uma perspectiva comparada dos problemas. Isso, para nós, é relativamente importante, porque praticamente todas as linhas tendem a privilegiar a abordagem comparada. E portanto, essa capacidade de poder ter parceiros externos, que estejam a estudar os mesmos temas e os mesmos problemas, para nós, digamos que é um valor acrescentado que nos vem esclarecer muito. (...) Portanto, digamos que a inserção em redes de investigação, que tenham convergência sobre os quadros teóricos, as problemáticas e as temáticas, isso permite um nível de rentabilidade da investigação muito elevada. Por outro lado, permite também projectar o nosso conhecimento e a nossa investigação, porque geralmente essas redes também têm o cuidado depois de promover essa investigação e esses resultados em revistas estrangeiras, em revistas de referência. E portanto, é também uma forma de podermos projectar o nosso trabalho lá fora. Agora, ainda estamos muito longe daquilo que queremos” (E10, Ciências Sociais).

O principal objectivo nestas colaborações não é somente o acesso ao conhecimento, mas a sua partilha e disseminação, com o intuito de obter visibilidade no mundo científico, para a manutenção de ligações com universidades, centros e investigadores estrangeiros. Como sugere Pereira (2002):

“A diversidade presente na colaboração é, ela própria, um recurso para os investigadores criarem acesso a outros recursos não disponíveis, ou necessários, internamente, mas que proporcionam um alargamento da prática e cultura do laboratório. Para além da importância da aquisição e desenvolvimento de novos conhecimentos científicos possibilitados pelo trabalho em colaboração, a cooperação científica internacional proporciona o reconhecimento de novas oportunidades pelo contacto com laboratórios de características diversas, beneficiando indirectamente a criação de novas interacções” (Pereira, 2002: 166).

Podemos perceber que a procura de competências científicas e conhecimento não são as únicas motivações para colaborar, devendo ter-se em conta que as diferenças dos sistemas nacionais de investigação conduzem a diferentes configurações na “qualidade” da investigação. Pereira (2001) argumenta ainda que “as colaborações internacionais não são apenas a materialização da universalidade da comunidade científica, são também a materialização da existência de diversidade no seio da ciência” (Pereira, 2001: 145). Neste sentido, as políticas para o ensino e para a investigação, sejam nacionais ou internacionais, podem ser entendidas

como processos de construção e reconstrução de relações, associado às dinâmicas históricas, sociais e económicas (Mendes, 2007: 108). Atendendo a estas dinâmicas, vários autores defendem o carácter político da educação, em que estão subjacentes jogos de poder assentes em quadros competitivos numa arena mundial. Embora se enalteça o carácter de universal e providente da ciência, o facto é que existem profundas diferenças no que respeita à estratificação dos sistemas de ciência e tecnologia, que operam num mercado altamente selectivo e global.

A ciência e a investigação estão intimamente relacionadas com a criação de redes de transferência de conhecimento, desenvolvimento e inovação. As redes estabelecidas são configuradas de acordo com o tipo de colaborações (formais e informais), sendo alimentadas pela permanente circulação internacional de conhecimento que, por sua vez, necessita da interacção entre investigadores.

Um dos entrevistados descreve o que define como rede e explicita as tipologias. É bastante interessante entender a rede, tendo em conta os desenvolvimentos da ciência actual.

A) “Há redes que são projectos de investigação, digamos assim. Ou seja, a rede constitui-se a propósito de um projecto de investigação que envolve vários países, equipas de vários países com financiamentos europeus, os projectos financiados ao abrigo dos programas quadro da U.E. para a investigação, neste caso em ciências sociais. E, portanto, aí esses projectos em si mesmo são redes de cientistas de vários países que estão agregados durante um determinado período de tempo para executar um determinado projecto de investigação. Depois há redes que são mais de debate, de troca de conhecimentos, de pequenas missões recíprocas em cada país - pessoas que vêm do estrangeiro para Portugal ou de Portugal para o estrangeiro (...). Bom e depois há outro tipo de relações estabelecidas com o exterior... congressos, conferências que são organizadas cá ou em que há uma participação portuguesa no estrangeiro. (...) Portanto...mas eu distinguiria dois grandes tipos: as redes que se constituem à volta de um projecto, no início do qual as pessoas não se conhecem, ou seja um projecto europeu, que é coordenado por alguém, mete pessoas de sete países ou oito e isso cria uma rede científica; e as redes que são financiadas enquanto tal, mas que não se traduzem necessariamente em projectos, ou que as pessoas não estão juntas para fazer um projecto, estão juntas para debater ideias, têm interesses comuns. Que depois podem dar projectos. E isso é um tipo de instrumento, um tipo de organização científica que tem financiamentos próprios” (E7, Ciências Sociais).

As publicações em co-autoria constituem um elemento muito importante na criação das redes e internacionalização da investigação. Existe, segundo estes entrevistados, uma prática regular de co-autorarem, nos respectivos centros de investigação, e de realizarem conferências com investigadores estrangeiros. Essa prática é tida como “natural”, tendo em conta o carácter universal da ciência e de uma cultura de cientistas com competências “globais”, tal como é veiculado nos excertos seguintes:

A) “É. Mas tão natural como respirar, como beber um copo de água. Não tem nada de transcendente, não é preciso andar a erigir isso - como às vezes me parece que os governantes fazem - erigir isso num objectivo é trivial, caramba, trivial. E não precisa da Europa com fronteiras ou sem fronteiras, pode ser com o fim do mundo...Para mais, para mais, sempre para mais [evolução da quantidade de co-autorias com estrangeiros]...” (E1, Ciências da Saúde).

B) “Desde logo [com o objectivo] de nos colocarmos no mapa dos eventos científicos a nível europeu, ou seja de nos tornarmos mais visíveis. Por outro lado, criar com isso oportunidades de pesquisa e de inter-conhecimento. De pesquisa, de haver novas oportunidades de pesquisa, de financiamento, de participação em projectos e também de inter-conhecimento. Basicamente é isso e também permitir aos investigadores mais jovens terem depois uma internacionalização aí. Porque uma coisa que se verifica é que quando esses eventos acontecem em Portugal, há muitas comunicações de portugueses, até por razões logísticas, práticas, não é? Isso é um bom objectivo” (E7, Ciências Sociais).

C) “Eu acho que naturalmente Portugal deixou de ser uma coisa estranha, quer dizer, é a vida. Não se pode dizer que tenhamos uma política pró-activa de dizer que só queremos estrangeiros, mas naturalmente, quer dizer, a partir da altura em que a pessoa queira fazer investigação de qualidade tem que ir a conferências, tem que ir a coisas...quer dizer, não é cá. É na Europa e é no mundo. Não há assim muita volta a dar” (E9, Ciências da Engenharia e Tecnologia).

Os entrevistados destacam a importância, e até necessidade, da existência de contactos com o exterior. O processo de internacionalização da investigação científica é medido, em parte, através do incremento da mobilidade científica e práticas de colaboração. Tal “corresponde a um novo entendimento sociológico da profissão de investigador, tendo perdido a raiz matricial, que a ligava à sua instituição de formação académica primária, sendo que o factor da endogamia ou *inbreeding* reflecte-se presentemente num factor negativo de avaliação das universidades” (Albino, 2008: 117). Podemos indicar um conjunto de “entraves que podem retardar o processo

de internacionalização, tais como: a ausência da sensibilização da comunidade académica, atitudes passivas por parte do corpo docente e discente da instituição, inexistência de estratégias claras para a internacionalização, a falta de reconhecimento cultural, indisponibilidade ou inviabilidade de adaptação das comunidades estrangeiras, barreiras linguísticas ou elevado distanciamento geoescolar, entre outros, são factores que comprometem o sucesso na realização de bons programas de cooperação, sejam eles assumidos bilateralmente ou financiados pelos órgãos governamentais” (Stallivieri, 2007: 5). O *inbreeding* assume-se como uma das maiores entraves à internacionalização e “não só representa uma incapacidade de renovação de conhecimento académico no seio das universidades, como se tornou um símbolo de uma rigidez académica e de controlo estatal” (Albino, 2008: 118), contudo esta ideia está pouco explorada e carece de informação empírica mais substancial.

4.2.1. Internacionalização e a “natureza” do conhecimento

Hakala (2009) demonstra que a internacionalização tem significados distintos nas diferentes culturas disciplinares. A autora argumenta que

“Even though internationalization is welcomed in all disciplinary groups, the meanings attached to internationality are different in the soft and hard fields. Especially research in the soft fields think that pressure for further internationalization homogenizes research fields and thus makes it difficult to address all important audience of research” (Hakala, 2009: 6).

É atendendo às diferentes estruturas nos campos disciplinares que se torna fundamental pensar o trabalho académico na perspectiva da cultura, para perceber que os seus valores e práticas são socialmente construídos e, portanto, variam no tempo e no espaço (Hakala, 2009: 17). Ao nível da avaliação da internacionalização, o carácter cultural e socialmente construído deste fenómeno não é tido em conta, o que leva a que o modo de avaliação da internacionalização venha a ser realizado utilizando a mesma metodologia em todas as áreas científicas.

Com recurso ao Quadro 6 podemos perceber que a maioria dos inquiridos discorda quanto ao modo como a avaliação do nível de internacionalização vem a ser realizado, isto é, usando o mesmo tipo de metodologia em todas as áreas científicas.

Quadro 6 - Internacionalização como critério de avaliação

	Identificação do Questionário		Observações
Concordância	+	Q1 Q4 Q20	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento como transversal a todas as áreas científicas;
	-	Q5 Q7 Q10 Q12 Q14	<ul style="list-style-type: none"> • Deve-se atender às especificidades e ao desenvolvimento da área em si mesma; • Pontuações adaptadas;
Discordância	-	Q2 Q3 Q6 Q8 Q11	<ul style="list-style-type: none"> • Discordância, embora se deva tender para uma uniformização de critérios;
	+	Q8 Q9 Q13 Q15 Q16 Q17 Q18 Q19 Q21 Q22 Q23	<ul style="list-style-type: none"> • Devem ser respeitadas as especificidades disciplinares e desenvolvimento das áreas científicas.

Fonte: Inquéritos por questionário (N=23)

Inerente a esta opinião encontra-se o facto de existirem diferenças significativas entre áreas disciplinares que se traduzem em diferentes “graus de internacionalidade”, tal como indicam alguns dos inquiridos:

A) “De forma alguma. Não porque me pareça que as Ciências Sociais e as Humanidades não possam ou não devam ser avaliadas. Mas porque devem ser respeitadas as suas legítimas especificidades de investigação” (Q8, Pró-reitor).

B) “Certamente que não. A dimensão das redes de criação de conhecimento, assim como velocidade de desenvolvimento em áreas diferentes é muito diferente. Logo os resultados quantificáveis (que, no fundo, é que pode ser avaliado) são também diferentes” (Q18, Director de Centro de Investigação, Ciências da Engenharia e Tecnologia).

C) “Talvez não. Julgo que em certas áreas mais ligadas às línguas ou ao Direito o tipo de avaliação metodológica não devia ser idêntico às restantes Ciências Exactas. Mas devia-se tender para metodologias cada vez mais semelhantes” (Q2, Vice-reitora).

D) “Nas Ciências Humanas e Sociais existem a) áreas que podem beneficiar de parcerias internacionais (questões teóricas, comparações bem delimitadas, *etc.*) e b) outras em que tudo se orienta para o conhecimento específico dessas áreas em Portugal (língua, cultura, aspectos sociológicos, *etc.*) naturalmente, utilizando instrumentos de nível internacional (o que não é a mesma coisa do que internacionalizar a investigação). Esta especificidade das Ciências Humanas e Sociais cria diferenças metodológicas no desenvolvimento da investigação entre estas ciências e as ciências habitualmente designadas como Ciências Exactas” (Q21, Director de Centro de Investigação, Ciências Sociais).

E) “Tendo em conta o que entendo por internacionalização de universidades, os indicadores são independentes das áreas científicas, mas o peso de cada um é que pode variar. No domínio das Humanidades, por exemplo, as publicações em co-autoria são pouco frequentes, dado que a investigação tem uma componente de subjectividade muito forte, ao contrário do que acontece nas ciências, ditas duras, que se baseiam em dados quantificáveis e reprodutíveis. Isso não quer dizer que a internacionalização nessas áreas seja menos importante, apenas é mais difícil de quantificar, como é próprio desse domínio científico” (Q7, Reitor).

F) “É preciso alguma prudência e sensatez neste domínio. A experiência internacional na consideração destas questões tem evidenciado que é necessário acautelar especificidades como as que se colocam no campo da produção e do ensino artístico ou no campo das Ciências Sociais sob pena de distorcer os indicadores internacionais referentes à produção científica e correspondentes publicações” (Q9, Vice-reitor).

G) “Deveria haver uma parte para a avaliação específica de cada área. Basta pensar que áreas distintas são lideradas por países distintos” (Q16, Director de Centro de Investigação, Ciências da Engenharia e Tecnologia).

H) “Não porque é muito mais difícil um investigador das áreas das Ciências Sociais e Humanas ter seu trabalho divulgado em revistas internacionais indexadas, pois a maioria dos *reviewers* desconhece a sociedade e economia portuguesas e nem pode avaliar a importância dos temas abordados. O mesmo já não se pode dizer da colaboração em projectos ou participação/organização de eventos científicos onde o nível de internacionalização é bastante elevado” (Q22, Director de Centro de Investigação, Ciências Sociais).

Podemos facilmente perceber que as culturas académicas são modeladas por diferentes factores e contextos. Tal como aponta Hakala (1998: 53), é importante notar que diferentes disciplinas têm padrões diferentes de internacionalidade. Podem, deste modo, ser enunciadas diferenças entre as ditas ciências duras (*hard*) e as ciências leves (*soft*). Um maior impacto internacional em ciências exactas pode ser explicado, por exemplo, em termos da natureza universal dos próprios temas de investigação, bem como pela tradição disciplinar de publicar quase que exclusivamente em organizações ou revistas internacionais (Hakala, 1998: 54). As diferentes disciplinas podem, igualmente, ser mais resistentes à mudança enquanto outras podem ser mais facilmente receptivas ao desenvolvimento da ciência, à interacção entre académicos ou, mesmo, às pressões vindas da sociedade.

A) “Penso que tem de haver diferentes formas de avaliação, não tanto em função do que se espera que seja a internacionalização (parece-me que, neste item, as várias áreas científicas terão as mesmas ambições), mas fundamentalmente em termos da intensidade e rapidez dessa mesma internacionalização. Existem áreas, nomeadamente nos campos das ciências e das tecnologias, cujos tópicos de trabalho são, por natureza, internacionais, o que, claramente, facilita o contacto e o trabalho em equipas não nacionais, pois não há barreiras de língua, nem de interesses de temas: trabalhar sobre uma proteína ou um circuito integrado, e à excepção das condições dos laboratórios, é igual em Lisboa ou em Cambridge. Ao contrário em áreas das Ciências Sociais e das Humanidades os temas tendem a ser muitíssimo mais marcados pelo carácter nacional, pelo que a internacionalização se faz, essencialmente, com base em grelhas comparativas. Este tipo de metodologia torna, obviamente, todo o processo mais moroso; no caso português, esta situação é agravada pela situação periférica do país, o que leva a que o interesse sobre um estudo de caso em Portugal seja, por vezes, quase inexistente. Há, pois, uma diferença entre trabalhar em Lisboa e em Cambridge, ou melhor, entre trabalhar sobre um caso português com fontes em português ou trabalhar sobre um caso inglês com fontes em inglês. Há, portanto uma assimetria real na capacidade intrínseca das várias áreas científicas em se internacionalizarem e essas diferenças

devem ser tidas em conta quando se faz uma avaliação” (Q19, Director de Centro de Investigação, Artes e Humanidades).

B) “Entendo que proceder assim seja mais fácil e que permita alcançar estatísticas comparativas. Todavia, as Ciências Sociais e Humanas, em que trabalho, têm entre outras a desvantagem de frequentemente investigarem sobre objectos mais específicos, não susceptíveis de se reduzirem a parâmetros quantitativos mas exigindo nível de apreciação qualitativa e menos internacionalizáveis do que, por exemplo, a Matemática, a Física ou a Medicina, pelo que deveria ser dada mais importância ao critério da especificidade de cada área científica” (Q23, Director de Centro de Investigação, Artes e Humanidades).

Há diferenças entre as culturas científicas na forma como se organizam os processos de produção e disseminação do conhecimento (Jons, 2007). Depois, é importante notar que diferentes áreas podem ter contactos e colaboração em diferentes direcções, assim como diferentes países têm mais contactos com determinados países (Hakala, 1998: 54). Podemos também esperar que investigadores de diferentes áreas sejam orientados para diferentes direcções e localizar o centro científico de forma distinta. Tais diferenças podem ser explicadas por factores internos e externos, ligados a razões históricas, económicas e geopolíticas (Hakala, 1998: 54). A respeito dos diferentes padrões de internacionalidade, Jons (2007) argumenta:

“These asymmetrical global patterns of academic exchange in different scientific fields are the result of variations in international politics, socio-economic development, historical and cultural relations, national research traditions and political priorities as well as technological and intellectual standards and prestige. 5 They also imply different cultures of academic mobility and collaboration by discipline, which will be further examined in the course of this paper” (Jons 2007: 102)

Parte dos inquiridos considera importante haver uniformização dos processos de avaliação, embora realcem a necessidade de serem atendidas as ponderações diferentes ou acauteladas as especificidades disciplinares:

A) “Concordo que a metodologia seja a mesma, mas a avaliação dos resultados deve ter em conta o facto de algumas áreas terem mais situações específicas do país que outras (as comparações são legítimas intra-áreas mas não inter-áreas) ” (Q12, Director de Centro de Investigação, Ciências da Engenharia e Tecnologia).

B) “Julgo que deviam existir itens globais e, alguns, que pudessem considerar o sentido da especificada. No geral as coisas não me parecem mal” (Q14, Director de Centro de Investigação, Ciências da Saúde).

A concordância com este tipo de metodologia relaciona-se com a necessidade de uniformização da avaliação entre áreas científicas, para que, desta forma, possam ser comparáveis entre si, tendo em conta a dificuldade de ajustamento de avaliações distintas:

A) “Compreendo a opção, pois seria difícil ajustar a avaliação do nível de internacionalização a cada uma das áreas científicas de forma fundamentada. Assim, mediante a impossibilidade de fundamentar de forma inquestionável o ajustamento da forma de avaliação às áreas científicas específicas, parece-me aceitável que a forma de avaliação seja genérica e comum a todas elas” (Q1, Vice-reitor).

B) “Essencialmente sim, não vejo onde haja grandes diferenças. Não vejo porque a investigação em história portuguesa, por exemplo, não possa ser publicada internacionalmente e ter critérios internacionais; o que é verdadeiramente relevante tem interesse internacional” (Q4, Pró-reitor).

C) “Sim. Investigação é transversal a todas as áreas” (Q20, Director de Centro de Investigação, Ciências Naturais).

Embora a uniformização dos critérios de avaliação da internacionalização pareça ser a forma mais adequada de proceder, é necessário atender ao facto de que várias disciplinas, como é o caso das Ciências Sociais e Humanas, estão mais vulneráveis e limitadas aos contextos espaço-temporais. Jons (2007) afirma que as práticas científicas variam nos seus graus de materialidade e imaterialidade:

“First, I suggest that the great variety of research practices in the natural sciences, the engineering sciences and the arts and humanities is constituted by elements that differ in their degree of materiality and immateriality. Due to the corporeality of human beings and other «dynamic hybrids», all research practices are to some extent physically embedded and localized. However, researchers working with particular physically embedded material research objects that might not be moved easily, such as archival material, field sites, certain technical equipment, groups of people and events, may be dependent on accessing a particular site or local research context at least once” (Jons, 2007: 108).

Podemos afirmar, assim, que a análise dos critérios de internacionalização da investigação nas diferentes áreas do conhecimento afigura-se uma tarefa complexa, sobretudo se atendermos à própria definição do objecto nas Ciências Sociais e Humanas e à sua “natureza do conhecimento”, constituídos por graus de incerteza em determinados contextos socioculturais e históricos. Importa destacar ainda que os actores não chegam a indicar como operacionalizar essas actividades, o que nos leva a pensar que o caminho mais legítimo seja o da standardização, da reunião de critérios com algum prejuízo das Ciências Sociais e Humanas.

4.2.2. A internacionalização e a mobilidade de investigadores

Delicado (2008) argumenta que “a crescente internacionalização da ciência contemporânea manifesta-se, entre outros fenómenos, na crescente mobilidade dos cientistas entre países” (Delicado, 2008: 109). Como referido anteriormente, também as carreiras em ciência se tornaram globais pela crescente circulação de investigadores, considerada actualmente como factor fundamental para a produção de ciência, contribuindo para a transferência de conhecimento (Delicado, 2008: 109). Aliás, “a mobilidade é uma pré-condição essencial para a fertilização cruzada de ideias e *know-how*” (Delicado, 2008: 109).

Tanto na análise das práticas como das representações verificamos que a mobilidade de investigadores é um dos meios fundamentais da representação e da prática da internacionalização (Ackers, 2008). A mobilidade de investigadores surge como uma necessidade para a sua concretização, o que leva por parte das instituições e dos próprios governos nacionais e supranacionais, ao estímulo da movimentação internacional de pessoas altamente qualificadas.

Segundo Mahroum (2000: 367), a mobilidade é entendida como o movimento físico e geográfico de atravessar fronteiras, desde que implique uma estadia num outro país por um período nunca inferior a um ano, conferindo à mobilidade uma dimensão espacial (internacional) e uma temporal (transitória). O autor refere-se, por um lado, à mobilidade como o movimento entre países e, por outro, à saída do país de origem durante, pelo menos, doze meses, apesar de nenhum destes critérios ser universalmente adoptado. A mobilidade qualificada é cada vez mais assumida como um fenómeno multifacetado e pluridireccional, pois pode acarretar

retornos ocasionais (Ackers, 2005: 100). A perspectiva “circulacionista” argumenta, igualmente, que a mobilidade é variada: pode ser temporária com retornos ocasionais, pode ser multidireccional em vez de unidireccional e pode afectar tanto os países desenvolvidos, como países ou regiões em desenvolvimento, tal como tem evidenciado a literatura mais recente sobre os países recém-integrados na EU (Silva, 2009).

Os entrevistados abordam a mobilidade e circulação do conhecimento como algo que configura uma necessidade inerente ao acto de fazer ciência. A mobilidade é como qualquer actividade de internacionalização, como um fenómeno que advém do facto de a ciência actual não possuir fronteira, nem nacionalidade. A cultura de estímulo à mobilidade advém da necessidade de cada centro em buscar conhecimento, do que de imposições externas, tal como elucidam os excertos seguintes, a respeito da existência de uma cultura móvel:

A) É impossível um centro destes existir sem isso [uma cultura de estímulo à mobilidade]. Você pode ver isto em...tem dois indicadores completamente precisos nisto. Olha para os projectos internacionais e só isso percebe que qualquer projecto destes tem, sei lá, duas, três, quatro reuniões anuais...” (E3, Ciências da Engenharia e Tecnologia).

B) “Estimular dentro de certos limites. Há restrições financeiras e também não estamos muito interessados em exportar o nosso *know-how*, já lá vai o tempo em que nós aqui, coitadinhos não temos meios, nem ambiente - vocês vão para lá e lá é que é bom. Não, nós queremos é que haja... tem de ser minimamente controlado, isto é, há momentos em que é muito bom receber impulsos, trocar ideias e a pessoa recebe impulsos, que depois revertem de novo para o ambiente onde nós estamos. Isso incentivamos. Não incentivamos muito o desligamento: «vais, fazes e depois quando vieres acabou», não! Embora isso também possa suceder. Referi o caso do *googlemaps*, pronto isso foram seis meses, mas normalmente pode ser três semanas, um mês, duas semanas, mobilidades a esse nível. Neste momento temos aí alguns que vieram por dois meses, três meses, as vezes um mês, também depende da disponibilidade das pessoas. Seis meses, é talvez assim um tempo recorde, mas também valia a pena, o destino valia a pena” (E5, Ciência da Engenharia e Tecnologia).

C) “Temos [uma cultura de estímulo à mobilidade internacional]. Temos uma cultura nesse sentido de fazer isso sistematicamente e também política no sentido de instrumentos práticos. Nós temos, para todos os doutorados e *pós-doc* que estão no CIES... damos um financiamento individual anual para que as pessoas publiquem fora e vão a conferências fora. E portanto, todos os investigadores têm direito a um financiamento individual anual para ir a conferências apresentando comunicação. Tem dois objectivos: moverem-se, participarem externamente em eventos científicos e publicarem, porque queremos aumentar a taxa de publicação internacional. Portanto, isso é uma medida concreta” (E7, Ciências Sociais).

D) “E depois eu acho que há aqui uma coisa que se passa, mas isso acho que é em quase todos os grupos, que é quando há alguma projecção internacional, quando há uma aposta num determinado nicho de investigação em que nós procuramos ser os melhores a nível internacional, depois isto funciona também do ponto de vista de captar investigadores que querem vir para cá... são mais as pessoas que nos contactam” (E4, Ciência da Engenharia e Tecnologia).

A mobilidade de investigadores traz questionamentos no que diz respeito à sua necessidade, não só ao nível individual mas também institucional. A representação desta como necessária surge na carreira correlacionada com o seu reconhecimento e possibilidade de singrar neste campo. Ao nível institucional surge directamente ligada ao posicionamento nacional e a *rankings* internacionais, com influência sobre as possibilidades de financiamento. Portanto, “a realidade dinâmica e profundamente estratificada da ciência e da tecnologia no mundo, impele-o a mover-se entre vários sistemas, preferindo aqueles que material e simbolicamente mais vantagens anuncia. Estamos, assim, em presença de fenómenos profundamente representacionais que denotam a existência de processos facilitadores da circulação, transferência e transformação do conhecimento” (Araújo e Silva, 2010: 2).

Alguns entrevistados destacam a ideia que se concebeu da mobilidade internacional, como fundamental para a carreira dos investigadores. A respeito desta obrigatoriedade este entrevistado argumenta o seguinte:

A) “Até certo ponto sim, mas também não se pode ter uma espécie de provincianismo ao contrário; ou seja, tudo o que é internacional é que é bom, quem não faça parte da sua carreira ou da sua formação fora do país onde está, não tem valor. Agora, estou de acordo com o princípio em geral, que é valorizador e é importante que as pessoas façam, nesta geração – as gerações agora que estão nos vinte e tais, trintas – que façam parte da sua formação no exterior. Agora, se se está num país mais central ou com instituições de excelência, a mobilidade terá

que se ver de outra maneira. Se eu estou na Alemanha, ou se estou em França, ou se estou na Inglaterra e tenho instituições de excelência, se posso fazer o meu doutoramento na *London School of Economics* vou-me mover para ir fazer aonde? Numa universidade menos importante? Agora, é um discurso muito instituído e muito generalizado pelas instituições científicas e de gestão científica, nas autoridades, nos governos, o ministério da ciência em Portugal têm muito este discurso e este ministro em particular tem muito esse discurso, mas às vezes pode-se cair num provincianismo ao contrário, não é?" (E7, Ciências Sociais).

Tal como foi possível perceber a respeito do entendimento da internacionalização, verifica-se também a respeito da mobilidade internacional de investigadores uma configuração instrumental, tornando-se um objectivo em si mesma:

A) "Nós aqui, para voltar ao início, sempre tentámos... que se faça ciência em Portugal. Porque se vivêssemos só desta maravilha que não sei quem criou socialmente, sociologicamente, da mobilidade como sendo um *must*, como sendo o objectivo dos objectivos, então realmente não vale a pena gastar um tostão em ciência cá. Quer dizer o que há a fazer é a FCT converter-se num misto de agência de viagens e agência de emprego e para cada jovem acabado de sair da universidade, de acordo com determinado, por exemplo média de licenciatura ou de mestrado, arranjava-lhe um emprego num sítio qualquer. E não teríamos laboratórios, não teríamos bibliotecas, não teríamos centros sei lá do quê, não teríamos centros de ciências sociais, porque toda essa gente...a finalidade da fundação seria esse misto, que faria isso com certeza muito bem porque há muita experiência de agências de viagens em Portugal, e provavelmente sairia-lhe mais barato. E se conseguisse negociar uma forma com a instituição que recebesse esses estudantes, uma forma de o nome de Portugal aparecer de alguma maneira associado às publicações, até mesmo o gráfico célebre das publicações que os senhores ministros da ciência e do ensino superior gostam de propagandear na assembleia, dizendo que têm subido de uma forma estrondosa as publicações em Portugal, continuaria na mesma. Ninguém saberia perguntar, o povo da rua não saberia perguntar, o meu engraxador de sapatos ou o meu barbeiro se aquilo foi feito em Portugal ou não. Nem interessaria nada ao barbeiro nem ao engraxador de sapatos, nada. Havia mobilidade, afinal, havia esta maravilha da mobilidade. Tornada ela própria o objectivo em si" (E1, Ciências da Saúde).

Como anteriormente vimos acerca das representações sobre a internacionalização, podemos também perceber que a necessidade da mobilidade advém do carácter universal da ciência. Stoer (1970: 119), ao analisar as relações entre a ciência e as nações, sustenta que a

nacionalidade dos cientistas torna-se menos relevante do que a proximidade entre a comunidade científica. O mesmo autor argumenta, ainda, que “se os fenómenos físicos básicos são universais e o progresso da ciência deve seguir geralmente um único caminho, conclui-se que a localização do cientista no espaço (senão no tempo) é irrelevante para suas oportunidades de ajudar neste progresso – contando que tenha acesso adequado à informação sobre o estado actual de sua especialidade e o equipamento necessário para empenhar-se em pesquisa neste campo” (Stoer, 1970: 118).

A) “A investigação é internacional, não é nacional e portanto, nós precisamos de ter pessoas que saibam como se funciona, que tragam ideias cá para dentro. As ideias não são ideias necessariamente de ciências. São ideias organizacionais, de como fazer as coisas, de como se organizar. Uma pessoa que vive a vida toda numa única universidade, que só conhece aquela realidade, necessariamente tem uma visão curtinha das coisas. Precisa o mais possível, e na ciência muito mais que nas outras áreas, de mundo” (E2, Ciências da Engenharia e Tecnologia).

A obrigatoriedade da mobilidade é ainda mais relevante se nos centrarmos ao nível micro, isto é, na configuração da carreira dos investigadores.

A) “Não. Pelo que eu percebi as pessoas são valorizadas normalmente pelo *curriculum* e posto de uma maneira muito simplória, o *curriculum* são mais ou menos as publicações que têm. As publicações que têm depende do sítio que publica mais do que com quem publica ou de onde publica. Isto é uma coisa muito simples, por isso basicamente quem publica coisas boas não precisa de estar lá fora. Agora, obviamente para publicarem publicações boas, para ganhar um nome há um processo que se vai criando. Se se passar por uma instituição internacional talvez seja mais fácil criar os contactos...enfim, para ser membro das comissões de conferências, para avaliação de projectos ou para qualquer coisa, convém estabelecer uma rede de conhecimento, que nós cá vamos tendo também. Nós estamos a organizar conferências por isso não sei se será muito vantajoso...não me parece que seja um factor muito determinante. Acho que se pode fazer isso cá, quer dizer, não é por estar cá que uma pessoa está fora das redes sociais” (E9, Ciências da Engenharia e Tecnologia).

Este texto parte da premissa de que existe uma forte ambiguidade em torno do mega-projecto social de criação de uma sociedade do conhecimento, pois diversos estudos tendem a enfatizar que os indivíduos estudam e permanecem no ensino a maior parte das suas vidas, ao

mesmo tempo que assumem e delineiam um projecto de vida que não é nem necessariamente desejável nem conhecido de antemão ou mesmo garantido. Podemos de facto afirmar que, ao nível da carreira do investigador, “o campo científico é entendido como sendo antes de mais um espaço de competição e de luta entre agentes que, ocupando posições desiguais, desenvolvem estratégias com vista á acumulação de uma capital simbólico e relacional com eficiências específica, a autoridade científica” (Ávila, 1997: 14).

Foi possível averiguar, em fases anteriores, a existência de uma ligação directa, mas não muitas vezes observável, entre a mobilidade física, as novas tecnologias e emergência de uma sociedade e economia baseadas no conhecimento. Aliás, Santos (2008) argumenta:

“Para sobreviver, as universidades têm de estar ao serviço destas duas ideias mestras – sociedade de informação e economia baseada no conhecimento – e para isso têm de ser elas próprias transformadas por dentro, por via das tecnologias da informação e da comunicação e dos novos tipos de gestão e de relação entre trabalhadores de conhecimento e entre estes e os utilizadores ou consumidores” (Santos, 2008: 27).

Embora as novas tecnologias venham facilitar os processos comunicativos entre investigadores, não substituem a importância desta. De outro modo, “a ciência moderna apresenta a particularidade de ser produzida a partir de contextos locais que, através de um conjunto de tecnologias específicas se articulam entre si de modo translocal, produzindo nesse processo uma universalidade que vai tão longe quanto as redes que se constituem por via dessa articulação da sua irreversibilidade” (Callon, 1995: 57-59 *apud* Nunes e Gonçalves, 2001: 15).

A) “A mobilidade que o sistema de comunicações nos propicia, acelera e, de certa forma, intensifica essa cooperação, mas é muito bom que as pessoas possam ir lá fora para saber em que contextos é que trabalha. É tentar tirar daqui algumas pessoas, não podem ser todas, mas algumas pessoas para conhecerem novos ambientes de trabalho. O problema do chamado ambiente de trabalho, dos contextos de investigação, *etc.*, é muito importante para desencravar um bocado, em termos de mentalidade até, a forma como se trabalha em Portugal. Para nós isso é decisivo, porque nós temos muita gente jovem no centro, que já está orientada com outro tipo de maneira de trabalhar e temos alguns catedráticos e alguns investigadores já consagrados, *etc.*, que ainda estão muito ligados àquilo que era a investigação tradicional. Portanto, os novos impulsos têm a ver precisamente desta interacção entre uns e outros e acima de tudo da dinâmica dos investigadores mais jovens para estarem disponíveis para descobrir novas coisas. Nós passamos o tempo a ler os grandes autores e uma coisa completamente diferente é lidar com eles, trabalhar com eles directamente” (E10, Ciências Sociais).

O processo de internacionalização, pela abertura que traz ao mundo científico, leva a que seja mais facilitado o acesso aos “grande autores”.

Como indicam vários autores (Delicado, 2008; Ackers, 2005), os fluxos de circulação de pessoas e conhecimento não são equitativos nem pluridireccionais. Delicado (2008) afirma que “há países que acolhem um maior volume de investigadores estrangeiros e outros que os «perdem», quando os fluxos de saída superam os de entrada e de retorno” (Delicado, 2008: 109). Esta desigual distribuição do conhecimento leva a que haja um crescimento heterogéneo e, muitas vezes, unidireccional de cientistas. No sistema-mundo da ciência, e tomando como referência o caso português, os investigadores são “atraídos” para os pólos científicos do “centro”, pois estes são “de maior dimensão (medida, por exemplo, pelo número de investigadores), com um maior investimento em ciência (aferido, por exemplo, pelo peso da despesa em I&D no PIB nacional), com maior produtividade (patente no número de publicações), com sistemas de ensino terciário mais internacionalizados (atração de estudantes estrangeiros)” (Delicado, 2008: 111).

Como um fenómeno multifacetado, a mobilidade pode ser estudada sob variados pontos de vista. Por isso, seguindo este princípio, desenvolveram-se, ao longo dos vários anos de debate sobre esta temática, diferentes perspectivas teóricas entre as quais a relativa ao *brain drain/brain gain*, à diáspora e à percepção do retorno (Silva, 2009).

A) “Há *brain drain*, porque para todos os efeitos há um investimento que se fez nestas pessoas e esse investimento vai ser utilizado pelos outros. Nesse aspecto tem alguns aspectos negativos, mas também há aspectos positivos, ou seja, é um contacto que lá está fora. Eventualmente se vier, quando voltar, se voltar, eles vão trazer *know-how*, vão trazer conhecimento. Portanto, o problema do *brain drain* tem precisamente essa dupla faceta. Por um lado, é aparentemente um desperdício, mas por outro lado é também um investimento. Nessa perspectiva não vejo que haja grande... porque nós também podemos promover *brain drain* de outros. Portanto compensa. Agora, não podemos é ficar aqui à espera. Temos que promover *brain drain* também, porque se não formos nós a fazê-lo, nomeadamente os países de expressão portuguesa ou brasileira, *etc.*, outros irão fazê-lo. E portanto, o que interessa aqui não é saber qual é o saldo, mas a existência de movimento. Por natureza, nós sabemos, quer dizer, vamos perder uma investigadora agora, mas que vai para Cabo Verde e vai para a universidade de Cabo Verde trabalhar lá. Agora eu sei que essa pessoa vai constituir um elo e uma ligação que nós vamos ter para trabalhar com Cabo Verde se for necessário ou para termos investigadores cabo-verdianos a virem cá fazer o doutoramento, por exemplo. Portanto, cuidado que os fluxos são sempre nos dois sentidos” (E10, Ciências Sociais).

A “dupla faceta” do *brain drain* dá conta da importância da mobilidade dos investigadores como contributo para a circulação do conhecimento e para o estabelecimento de redes e de contactos, que permitirão, talvez a longo prazo, trazer benefícios não só para os indivíduos e para as instituições, mas também para o desenvolvimento da ciência mundial.

Conclusão

Vários fenómenos ocorridos nas sociedades, ao longo dos tempos, levam-nos a “olhar” e “pensar” o ensino e a investigação à escala mundial. Fenómenos como a globalização, a liberalização económico-social, a crescente inovação tecnológica, o surgimento de uma sociedade baseada na informação e no conhecimento cada vez mais flexível e multilocal (Santos, 2001: 35), confrontam hoje as Universidades e unidades de investigação com um conjunto importante de desafios. Neste sentido, estas instituições deparam-se com a necessidade de responderem a alterações que surgem da crescente mercantilização do ensino e mundialização da ciência. Aliás, é neste processo de internacionalização que se estabelecem as relações entre indivíduos e instituições relacionados com a produção de conhecimento, assentes em políticas europeias, nacionais e locais ou organizacionais.

A forma como os indivíduos percebem e entendem a internacionalização tem vindo a alterar-se. Estas mudanças de percepção dependem dos diferentes contextos, assim como das diferentes estratégias áreas científicas e auto-percepções. A internacionalização assume-se como um fenómeno ao mesmo tempo ambíguo e paradoxal, pois, apesar de uma enorme valorização político-social e das teses defensoras do universalismo da ciência, há diferenças profundas, materiais e simbólicas, entre países que vão também produzir diferenças nas suas posições no que concerne à estratificação da ciência e tecnologia. A investigação e a educação superior estão agora a sobreviver em ambientes altamente selectivos, que posicionam o país no sistema-mundo (Wallerstein, 1994; 2003) da ciência.

No cerne do debate sobre a internacionalização encontra-se a procura de uma definição que permita traduzir a real abrangência do fenómeno. De facto, a sua definição não é só difícil. Também tem significados diferentes para os actores sociais, pois é, acima de tudo, constituída por representações ou construções perceptivas do indivíduo a respeito desta realidade condicionada pelo contexto social (Durkheim, 1996; 1998; Moscovici, 1984). Dos inquéritos realizados podemos concluir que a sua definição tende para uma abordagem centrada nas actividades, tal como avançado numa das premissas, isto é, categorias ou tipo de actividades usadas para descrever a internacionalização como a mobilidade de investigadores ou as publicações internacionais. A internacionalização representa, segundo um dos inquiridos, uma

“peça-chave no ensino superior e na investigação em Portugal” que permite “o estabelecimento de laços entre instituições de países diferentes”. Mas, a internacionalização assume também um carácter performativo, ela pretende aferir sobre a “performance científica e pedagógica numa lógica competitiva global”, cujo último objectivo é atingir a qualidade e o reconhecimento internacional.

No decorrer da investigação percebemos que a internacionalização parte de um conjunto de pressupostos, muitas vezes não sustentados em dados e evidências, que nos permitem perceber qual a real abrangência e relevância deste fenómeno. A internacionalização é tendencialmente vista como positiva e relevante para estes sistemas. É tida como necessária, sobretudo devido ao carácter universal da ciência e do conhecimento, cujos benefícios alcançam indivíduos/carreiras e universidades, embora se venha a chamar a atenção da sua importância como o meio para atingir uma posição no mundo científico, a excelência, a qualidade, a eficácia e, deste modo, o reconhecimento no campo científico.

As formas de promoção da internacionalização são condicionadas pelas políticas e características dos sistemas científicos nacionais. A ênfase dada às condições para a promoção e facilitação da internacionalização aparece correlacionada com a necessidade de aumento dos padrões de qualidade e à “cultura” móvel dos trabalhadores em ciência. Assim, a internacionalização deve ser promovida de forma sustentada, o que passa pela criação de redes de contacto entre instituições, investigadores e alunos, devendo, neste sentido, haver meios de apoio para o efeito.

O grau de facilidade no acesso a recursos e às representações da internacionalização por parte dos actores envolvidos dá-nos informação sobre a grande diversidade nas estratégias de internacionalização. Entre os principais objectivos das colaborações internacionais encontra-se a procura de contactos e na troca de conhecimentos entre centros de investigação, situados em países distintos. Podemos perceber, então, que a procura de competências científicas e conhecimento não são as únicas motivações para colaborar, devendo ter-se em conta as diferenças dos sistemas nacionais de investigação que conduzem a diferentes configurações na “qualidade” de investigação, com o intuito de obter visibilidade no mundo científico, para a manutenção de ligações com universidades, centros e investigadores estrangeiros.

O processo de internacionalização da investigação científica é “medido” através do grau de mobilidade do corpo académico e das práticas de colaboração, o que corresponde a um novo entendimento sociológico da profissão de trabalhador do conhecimento. Aliás, e na linha do que

Pereira (2002) demonstra, apesar do que sugere ser o princípio de universalidade da ciência, os sistemas científicos nacionais empurram a produção científica e as colaborações internacionais para os países centrais. É na base da estratificação mundial da ciência e tecnologia que podemos afirmar existir, como argumenta Castells (1999: 51), uma espécie de “globalização selectiva da ciência e tecnologia”, que, de uma forma geral, se traduz numa tendência de atracção e concentração do conhecimento para os pólos mais desenvolvidos, manifestando-se em diferenças estruturais no acesso a recursos e oportunidades, influenciando sobre as trajectórias dos indivíduos e organizações.

A crescente centralidade da mobilidade científica corresponde, em larga medida, a esta tendência de internacionalização da ciência.

A uniformização dos critérios de avaliação da internacionalização afigura-se desadequada, sendo necessário atender ao facto de que várias disciplinas estarão mais vulneráveis e limitadas aos contextos espaço-temporais. Podemos afirmar, assim, que a análise dos critérios de internacionalização da investigação nas diferentes áreas do conhecimento, afigura-se uma tarefa complexa, sobretudo se atendermos à própria definição do objecto de estudo nas ciências sociais e humanas, constituídos por graus de incerteza situados em determinados contextos socioculturais e históricos. É atendendo ao carácter paradoxal e heterogéneo e socialmente construído da internacionalização que se torna fundamental perceber o trabalho académico e de investigação do ponto de vista da cultura.

Neste trabalho propusemo-nos a destrinçar qual o sentido atribuído à internacionalização pelos diferentes actores organizacionais. Depois de tudo o que dissemos, parece-nos ser importante frisar que as orientações sobre a internacionalização se encontram em Portugal muito vinculadas ao desenvolvimento de actividades, mais do que a planos estratégicos e culturalmente sedimentados.

Esta investigação não pretendeu realizar uma análise do actual estado de internacionalização das universidades e das unidades de investigação portuguesas, mas antes perceber como os actores sociais percebem esta realidade. À guisa de conclusão, despontam algumas questões fundamentais que deixaremos em aberto, mas que merecem atenção em futuras investigações, tais como uma visão macroestrutural do estado de internacionalização, estudo das redes de internacionalização, os riscos e os benefícios inerentes à internacionalização, os efeitos da internacionalização nas carreiras dos investigadores, políticas de incentivo à internacionalização, entre outros.

Bibliografia

Ackers, L. (2005), "Moving People and Knowledge: Scientific mobility in the European Union". *International Migration*, vol. 43, n° 5, pp. 99-131.

Ackers, H. L. (2008), "Internationalisation, Mobility and Metrics: A New Form of Indirect Discrimination?". *Minerva*, vol. 46, n°4, pp. 410-435.

Alatas, S.F. (2003), "Academic Dependency and the Global Division of Labour in the Social Sciences". *Current Sociology*, 51 (6), pp. 599-613. SAGE Journals Online.

Akera, A. (2007), "Constructing a Representation for an Ecology of Knowledge: Methodological Advances in the Integration of Knowledge and its Various Contexts". *Social Studies of Science*, 37(3), pp. 413-441.

Arum, S. e Van De Water, J. (1992), "The need for a definition of international education in US universities", in Klasek, C.B. (ed.) *Bridges to the Future: strategies for internationalising higher education*. Carbondale: AIEA.

Albino, S. (2010), "As Políticas Europeias de Investigação e a Internacionalização da Universidade de Lisboa". Tese de Mestrado em Políticas Europeias, Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

Altbach, P.G. (2002), "Knowledge and Education as International Commodities: The Collapse of the Common Good". *International Higher Education*, Vol. 28, pp. 2-5.

Altbach. P., Knight, J. (2007), "The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities". *Journal of Studies in International Education*, Vol. 11 N°. 3/4, Fall/Winter, pp. 290-305.

Araújo, E. R.; Silva, S. (2010), "A última fronteira: EUA. Contributo para o entendimento do lugar da mobilidade nas carreiras de investigação". Braga: Universidade do Minho. Disponível em [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11495/4/A%20ultima%20fronteira%20\(S\).pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11495/4/A%20ultima%20fronteira%20(S).pdf)

Ávila, P. (1997), “A distribuição do capital científico: diversidade interna e permeabilidade externa no campo científico”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 25.

Brandi, M. Carolina (2006), “The evolution in theories of the brain-drain and the migration of skilled personnel”. *Studi Emigrazione* n° 141, Vol. XXXVIII.

Bourdieu, P. (2002 [1990]), “Les conditions sociales de la circulation des idées”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 145, pp. 3-8.

Callan, H. (2000), “The International Vision in Practice: A Decade of Evolution”. *Higher Education in Europe*, XXV(1).

Castells, M. (1999), *A era de informação: economia sociedade e cultura. A sociedade em rede*. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra.

Delicado, A. (2008), “Cientistas portugueses no estrangeiro: Factores de mobilidade e relações de diáspora”. *Sociologia, Sociologia, Problemas e Práticas*, 58, pp. 109-129.

Durkheim, E. (1996), *Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Martins Fontes.

Durkheim, E. (1998), *A regras do método sociológico*. Lisboa: Editorial Presença.

Ferreira, J.M.C.; Neves, J.; Caetano, A. (2001), *Manual de psicossociologia das organizações*. Lisboa: McGraw-Hill.

Fortuna, C. (2008), “A internacionalização da sociologia: Notas sobre a globalização e a disciplina sociológica”, in Torres, A. e Baptista, L. (org.), *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*. Porto: Afrontamento, pp. 83-94.

Gibbons, M., Limoges, C., Nowotny, H., Schwartzman, S., Scott, P., Trow, M. (1994). *The New Production of Knowledge: The Dynamics of Science and Research in Contemporary Societies*. London; Thousand Oaks; New Delhi: Sage Publications.

Giddens, A. (2000), *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença.

Giddens, A. (2004), *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Giddens, A. (2005), *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta.

Góis, P.; Marques, J. C. (2007), “Estudo Prospectivo sobre Imigrantes Qualificados em Portugal”. Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

GPEARI (2010), “*Produção Científica Nacional*”. Lisboa: GPEARI-MCTES.

Greenwood, E. (1965), “Métodos de investigação empírica em Sociologia”, in *Análise Social*, nº 11.

Green, M.; Eckel, P.; Barblan, A. (2002), “The Brave New (and Smaller) World of Higher Education: A Transatlantic View”. *International Education*, Vol.29, Setembro 2002, US.

Hakala, J. (1998) “Internationalisation of Science. Views of the Scientific Elite in Finland”. *Science Studies*, 1, pp. 52-74.

Hartmann, E (2011), *The Internationalisation of Higher Education: Towards a New Research Agenda in Critical Higher Education Studies*. London and New York: Routledge.

Hespanha, P. (2001), “Mal-estar e risco social num mundo globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social”, in Santos, B. S. (org.) (2001), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Afrontamento, pp. 163-196.

Iredale, R. (2001), “The Migration of Professionals: theories and typologies”. *International Migration*, Vol. 39, n. ° 5, pp. 7-26.

Jons, H. (2007), “Transnational Mobility and the Spaces of Knowledge Production: A Comparison of Global Patterns, Motivations and Collaborations in Different Academic Fields”. *Social Geography* 2 (2), pp. 97-114.

Knight, J.; De Wit, H. (1995), “Strategies for Internationalisation of Higher Education: Historical and Conceptual Perspectives”, in H. de Wit (ed.) (1995), *Strategies for Internationalisation of Higher Education – A Comparative Study of Australia, Canada, Europe and the United States of America*. Amsterdam: European Association for International Education.

Knight, J. (1999), “Internationalisation of Higher Education”, in Knight, J. and de Wit, H. (eds) (1999), *Quality and Internationalisation in Higher Education*. Amsterdam: Organisation for Economic Cooperation and Development, pp. 225–240.

Knight, J. (2003), “Internationalization of higher education: Practices and priorities”. IAU survey report. Paris: International Association of Universities.

Knight, J. (2006), “Internationalization of higher education: New directions, new challenges. The 2005 IAU global survey report”. Paris: International Association of Universities.

Lyotard, J. (1984), *The Postmodern Condition: A Report on Knowledge*. Manchester: Manchester University Press.

Magalhães, L.; Rodrigues, M. L. (2000), “Rumo à Sociedade do Conhecimento e da Informação”, Capítulo (pp. 134-166) de *PORTUGAL anos 2000 – Retrato de um País em Mudança*. Coordenação de António Reis, Círculo de Leitores e Comissariado de Portugal para a Expo 2000 Hannover.

Mahroum, S. (2000), “Scientific Mobility: an agent of scientific expansion and institutional empowerment”. *Science Communication*, Vol. 21, nº 4, pp. 367-378.

Mannheim, K. (1928), *Sociologia do conhecimento*. Vol. I. Porto: RES-Editora.

Mendes, M. (2007), “A globalização e os processos de transnacionalização das políticas educativas”. *Diologia*, São Paulo. Vol. 6.

Merton, R. (1942), “The Normative Structure of Science”, in R. Merton, *The Sociology of Science: Theoretical and Empirical Investigations*. Chicago: University of Chicago Press, pp. 267-278.

Merton, R. (1974), *The Sociology of Science: Theoretical and Empirical Investigations*. Chicago: University of Chicago Press.

Merton, R. (1977), *La sociología de la ciencia*. Vol. II. Madrid: Alianza Editorial.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2006), “Um compromisso com a ciência para o futuro de Portugal – vencer o atraso científico e tecnológico”. Lisboa: MCTES. Disponível em http://www.cnel.gov.pt/document/Compromisso_Ciencia_2007_2009.pdf [Junho 2009]

Moscovici, S. (1984), *Psicología Social*. Barcelona: Ediciones Paidós.

Moguérrou, P. (2005), “The brain drain of Ph. D.s from Europe to the United States: what we now and what we would like to now”. EUI- *working paper*, pp. 1-34.

Morosini, M. C. (2006), “Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior” – Conceitos e práticas *Educar, Curitiba*, n. 28, pp. 107-124, Editora UFPR.

Musselin, C. (2004), “Towards a European Academic Labour Market? Some lessons drawn from empirical studies on Academic mobility”. *Higher Education*, Vol. 48, pp. 55-78.

Neto, A. S.; Teixeira, A. A. (2006), “Sociedade do conhecimento e ciência administrativa: reflexões iniciais sobre a gestão do conhecimento e suas implicações organizacionais”. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362006000200006

Nunes, J. A.; M. E. Gonçalves (2001), “Introdução”, em J. A. Nunes e M. E. Gonçalves (orgs.), *Enteados de Galileu? A Semi-Periferia no Sistema Mundial da Ciência*, Porto, Afrontamento, pp. 13-31.

OECD (ed.) (1996), “Internationalisation of higher education”. Paris: OECD.

OCDE (2005), “OCDE Science, Technology and Industry Scoreboard 2005: Benchmarking Knowledge-based Economies”. OCDE.

OCDE (2008), *The Global Competition for Talent: Mobility of the Highly Skilled*. Paris.

Peixoto, J. (2001). “Migrações e políticas migratórias na União Europeia: livre circulação e reconhecimento de diplomas”. *Análise Social*, Vol. 36 (158-159).

Pereira, T. S. (2001), “Colaborações científicas internacionais e a diversidade dos sistemas de investigação: Entre o global e o local”, in J. A. Nunes e M. E. Gonçalves (orgs.) (2001), *Enteados de Galileu? A Semi-Periferia no Sistema Mundial da Ciência*. Porto: Afrontamento, pp. 143-170.

Qiang, Z. (2003), “Internationalization of Higher Education: toward a conceptual framework”. Policy Futures in *International Education*, Ontario Institute for Studies in Education, University of Toronto.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Regets, M. (1999), “Foreign Science & Technology Personnel in the United States: An Overview of Available Data and Basic Characteristics”, in OECD, *Mobilising Human Resources for*

Innovation: Proceedings from the OECD Workshop on Science and Technology Labour Markets, OECD, Paris.

Regets, M. (2007), "Research Issues in the International Migration of Highly Skilled Workers: A Perspective with Data from the United States". *Working Paper*, SRS 07-203, June.

Ruão, T. (2008), *A Comunicação Organizacional e os Fenómenos de Identidade – A aventura comunicativa da formação da Universidade do Minho, 1974-2006*. Tese de doutoramento, Braga: Universidade do Minho.

Santos, B. S. (1985): "Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português". *Análise Social*, Vol. 21, n° 87-88-89, pp. 869-901.

Santos, B. S. (2008), *A universidade do Século XXI: Para uma Universidade Nova*. Coimbra: Edições Almedina.

Seixas, A. M. (2001), "Políticas educativas para o ensino superior: a globalização neoliberal e a emergência de novas formas de regulação estatal", in S. R. Stoer e outros (orgs.) (2001), *A Transnacionalização da Educação: Da Crise da Educação à Educação da Crise*. Porto: Afrontamento, pp. 211-239.

Siegler, J. M. B. (2009), *O processo de internacionalização das instituições de ensino superior: um estudo de caso na Universidade Federal de Uberlândia*. Dissertação de Mestrado em Administração de Organizações. Ribeirão Preto: USP.

Silva, S. (2009), *Perspectivas sobre a cooperação científica entre Portugal e América Latina: experiência de estudantes brasileiros em Portugal*. Tese de licenciatura em Sociologia. Braga: Universidade do Minho.

Smelser, N. (1991), "The Social Sciences in a Changing World Society". *American Behavioral Scientist*, 34: pp. 518-529.

Stallivieri, L. (2007), "O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior - avaliação, qualidade e pertinência da cooperação internacional". Disponível em http://www.uces.br/ucs/tplCooperacaoInterno/copy_of_cooperacao/assessoria/artigos/processo_internacionalizacao.pdf>. Acesso em: 30 Out. 2010.

Stoer, N. (1975), "Internacionalidade da ciência e nacionalidade dos cientistas", em *Sociologia da Ciência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp. 115-136.

Stoer, S. R. ; Cortesão, L. ; Correia, J. A. (orgs.) (2001), "Prefácio", *in* Stoer, Stephen R.; Cortesão, Luiza; Correia, José Alberto (orgs.) (2001), *Transnacionalização da educação: Da crise da educação à 'educação' da crise*. Porto: Afrontamento.

Soderqvist, M. (2002), "Internationalization and Its Management at Higher Education Institutions: Applying Conceptual, Content and Discourse Analysis". Helsinki: Helsinki School of Economics.

Teles, A. (2005), "Internacionalização académica: um percurso de desafios". Revista da UFG, Vol. 7, No. 2, Dezembro, 2005. Disponível em http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/K-internacionaliza.html

Vala, J. (2004), "Representações sociais — para uma psicologia social do pensamento social", *in* J. Vala & M.B. Monteiro (coords.). *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Van der Wende, M.C. (1999), "Quality Assurance of Internationalisation and Internationalisation of Quality Assurance" in Knight, J. and de Wit, H. (eds) (1999), *Quality and Internationalisation, in Higher Education*. Amsterdam: Organisation for Economic Cooperation and Development, pp. 225–240.

Wallerstein, I. (1994), *O Sistema Mundial Moderno. Vol. II – O Mercantilismo e a consolidação da economia-mundo-europeia 1600-1750*. Porto: Edições Afrontamento.

Wallerstein, I (2003), *Utopística: ou, As decisões históricas do século vinte e um*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Yang, R. (2002), "University internationalisation: its meanings, rationales and implications". *Intercultural Education*, 13, pp. 81–96.

ANEXOS

Anexo 1: Guião de entrevista Mobiscience

1. Caracterização dos centros de investigação: perfis de mobilidade e redes de colaboração

1.1. Existem investigadores estrangeiros a trabalhar no centro? Quantos? De que países?

1.2. Existem investigadores portugueses vinculados ao centro que estejam neste momento sedeados no exterior? Em que países se encontram?
Para que efeito (mestrado, doutoramento, pós-doutoramento, outros...)?

1.3. O centro tem protocolos de colaboração com institutos de investigação estrangeiros?
De que países? Em que domínios da investigação realizada pelo centro é que estes protocolos se materializam (acesso a conhecimento teórico, acesso a metodologias, acesso a bases de dados,...)?

1.4. Quantos projectos de investigação que estejam a decorrer neste momento no centro têm a participação de investigadores de centros estrangeiros?

2. Mobilidade internacional: percepções sobre a política comunitária e políticas de mobilidade existentes nos centros de investigação.

2.1. Um dos pilares subjacentes à criação da ERA (*European Research Area*), diz respeito ao estímulo da mobilidade internacional dos investigadores europeus. Encontra justificação para a enorme importância atribuída à mobilidade neste âmbito? Em que medida?

2.2. Em relação Centro de Estudos Sociais, existe alguma política definida de estímulo à mobilidade internacional dos seus membros? Em que é que ela se traduz?

2.3. No que se refere ao recrutamento de investigadores, existe alguma política definida que vise a contratação de cientistas estrangeiros? Com que objectivos?

3. Práticas de mobilidade internacional

3.1. Na sua perspectiva, porque é que os investigadores portugueses tendem a passar parte da sua carreira no estrangeiro?

3.2.a) Pela sua experiência quais os principais obstáculos que os investigadores do centro enfrentam quando vão passar uma temporada fora?

3.2.b) E quais afectam os investigadores estrangeiros que trabalham no centro?

3.3. Considera que, dada a valorização institucional que se faz da mobilidade internacional, os investigadores portugueses estão actualmente quase obrigados a passar parte da carreira fora do seu país de origem?

4. Mobilidade e conhecimento científico

4.1. Considera que a mobilidade internacional de investigadores pode ser benéfica para a produção de conhecimento científico? Em que medida?

4.2. Com que regularidade é que os investigadores que fazem parte do centro publicam em co-autoria com investigadores de centros estrangeiros?

4.3. Alguns autores defendem que a mobilidade dos investigadores tem um papel insubstituível nos processos de circulação de conhecimento. Considerando as facilidades de comunicação à distância propiciadas pelas novas tecnologias, está de acordo com esta opinião?

5. Percepções sobre o *Brain drain* e a diáspora

5.1. Considera que a área das ciências sociais em Portugal é prejudicada pela emigração de recursos humanos?

5.2. Uma das ideias que tem vindo a fazer caminho na literatura tem a ver com a situação dos recursos humanos em ciência e tecnologia que estão expatriados. Existem vários autores que defendem que a existência de comunidades científicas no estrangeiro pode ser utilizada em benefício dos países de origem dos investigadores. Como avalia esta argumentação? O centro que dirige tem usufruído de redes de colaboração com cientistas portugueses expatriados? Em que medida?

Anexo 2: Inquérito por questionário

Questões

- 1. Hoje afirma-se que a internacionalização constitui um dos grandes caminhos para o desenvolvimento do ensino superior e da investigação em Portugal. Gostaríamos de saber como define a internacionalização.**

R:

- 2. É frequente assumir-se que “quanto mais internacional for uma instituição ou uma carreira, melhor”. Concorda com esta afirmação? Pode dizer-nos porquê?**

R:

- 3. Na sua opinião, qual é a melhor forma de promover a internacionalização (na investigação e no ensino).**

R:

- 4. Em Portugal, a avaliação do nível de internacionalização tem vindo a ser realizada usando o mesmo tipo de metodologia, em todas as áreas científicas. Concorda com este modo de proceder? Porquê?**

R:

P.S. Muito agradeço o envio das respostas em formato anexo, ou no corpo de texto da mensagem.